



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE
BARUERI
CIDADE INTELIGENTE

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2014-2024

ATOS OFICIAIS PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

LEI Nº 2.408, DE 22 JUNHO DE 2015

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE BARUERI - PME".

GILBERTO MACEDO GIL ARANTES, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação da Cidade de Barueri - PME, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso I do art. 11, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 8º, da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e na Seção III do Capítulo I do Título VI, da Lei Orgânica do Município de Barueri.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação pública como proporção do Orçamento Municipal, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta lei deverão ter como referência os censos mais atualizados da educação básica e superior, disponíveis na data da publicação desta lei.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Educação da Câmara Municipal;
- III - Conselho Municipal de Educação.

§1º Compete, ainda, às instâncias referidas no "caput" deste artigo:

- I - divulgar amplamente os resultados do monitoramento e das avaliações;
- II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III - analisar e propor a ampliação progressiva do investimento público em educação, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PME.

§2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência do PME, a Secretaria Municipal de Educação realizará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único desta lei.

Art. 6º. O Município promoverá a realização de, pelo menos, 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação subsequente. Parágrafo único. As conferências municipais de educação e o processo de elaboração do próximo Plano Municipal de Educação serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 7º. O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado, visando o alcance das metas e a implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º Caberá aos gestores municipais a adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas no PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo Único desta lei não excluem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á inclusive mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º. Para garantia da equidade educacional, o Município deverá considerar o atendimento às neces-

Art. 10. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município deverão ser formulados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barueri, 22 de junho de 2015.

GILBERTO MACEDO GIL ARANTES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.408, DE 22 DE JUNHO DE 2015

"De tanto sacrificar o essencial em favor do urgente, acabamos por esquecer a urgência do essencial"

Edgard Morin

A reflexão preliminar do Plano Municipal de Educação - PME de Barueri resulta dos apontamentos que fizemos com a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou. Podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, econômica e estruturação do poder político. Cada fase da história do município define a evolução de uma cultura e do seu processo educativo. Todavia, transferimos as circunstâncias que se estabelecem hoje na história lembrando os anos anteriores, com a retomada do acervo histórico desse município e pensando em suas adaptações e transformações para o futuro, sem esquecer o que dizia Anísio Teixeira sobre a diferença do que é valor real e valor proclamado, tentando desmistificar e criar uma identidade futura para a população que aqui está estabelecida.

Com o objetivo de estabelecer metas para a próxima década na educação do Município de Barueri, concretizadas no Plano Municipal de Educação, o trabalho a seguir apresenta dados referentes ao diagnóstico, ancorado na Constituição Federal - CF - (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - (1996), no Plano Nacional de Educação - PNE - (2014-2014), no Plano de Ações Articuladas - PAR -, na Lei nº 1.476 de 29 de novembro de 2004, que aprova o Plano Municipal de Educação de Barueri e na Lei Orgânica do Município de Barueri (1990) e Censo - IBGE.

O diagnóstico tem como propósito mapear as condições da educação municipal, a realidade já existente no município e as instituições responsáveis pela educação, assim como também identificar as condições socioeconômicas, culturais e educacionais do município, as condições atuais de acesso dos alunos e suas famílias aos serviços públicos.

Tendo em vista esse propósito, o diagnóstico apresenta as informações divididas da seguinte forma:

- I. Informações gerais do município: dados relacionados ao número de habitantes, organização da educação, rede de ensino, alunos, matrículas, indicadores de qualidade, entre outras informações.
- II. Informações levantadas conforme as 20 Metas do PNE, para a elaboração das estratégias.
- III. Elaboração das estratégias apoiadas nas consultas dos diagnósticos feitas pelos municípios.

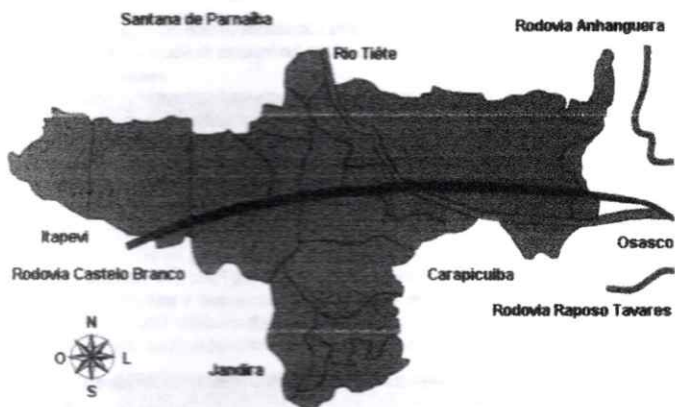
Em geral, recorre-se a dados que permitam vislumbrar o contexto local, com suas possibilidades e suas limitações.

Dados gerais do município

2.1 O município

- Denominação: Barueri;
- Código do Município: 3505708;
- Limites territoriais: localizado na zona oeste da região metropolitana da Grande São Paulo, a uma distância de 26,5 quilômetros do marco zero de São Paulo;
- Latitude: 23° 30' 38" S; Longitude: 46° 52' 34" W;
- Altitude: 719m;
- Clima: temperado, com temperatura média anual de 19 graus Celsius (médias de 22°C na primavera, 30°C no verão, 20°C no outono e 15°C no inverno). O ponto mais alto do município é o bairro de Aldeia da Serra, que está a 1.000 metros de altitude;
- Área: 65,685 km²;
- Municípios limítrofes: ao norte, Santana de Parnaíba; ao sul, Carapicuíba; a leste Osasco e a oeste Jandira e Itapevi;
- Bacia hidrográfica: Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, trecho Pinheiros-Pirapora;
- Ato de criação: Lei número 233, de 24 de dezembro de 1948, sancionada pelo então Governador do Estado Adhemar de Barros. Em 26 de março de 1949 instala-se o Governo Municipal e a primeira Câmara de Vereadores;
- Evolução histórica: A fundação de Barueri remonta à época das missões jesuítas, em meados do século XVI. Segundo os historiadores a origem da cidade foi o aldeamento de Barueri, fundado em 11 de novembro de 1560 pelo padre José de Anchieta, que ergueu na margem direita do rio Tietê, pouco acima da confluência com o Rio Barueri Mirim, a Capela de Nossa Senhora da Escada, hoje padroeira do município;
- Processo de urbanização: o desenvolvimento econômico de Barueri ganhou força a partir de 1973 quando a Câmara Municipal aprovou a Lei de Zoneamento Industrial que permitiu o surgimento de po-

São Paulo, na Praça da Sé, com uma densidade demográfica de 3.616,04 habitantes por quilômetro quadrado e conta com uma área de 64,167 Km². Barueri é atualmente governada pelo prefeito Gilberto Macedo Gil Arantes 2013-2016 (DEM) e está entre os dez municípios com maior crescimento populacional do Estado de São Paulo. Tem como municípios vizinhos, Santana de Parnaíba a norte, Osasco a leste, Carapicuíba a sudeste, Jandira a sul e sudoeste e Itapevi a oeste. É um município sem zona rural, concentrando toda a população em zona urbana. Barueri tem quase totalidade de suas vias com pavimentação asfáltica – 99,9%.



2.3 Demografia

Em nível de informação convém salientar a demografia de Barueri que, desde o início deste século, na condição de freguesia, em nenhum momento conheceu queda populacional. Com exceção da emancipação do ex-distrito de Carapicuíba, cuja população foi subtraída da população barueriense, porém, nas dimensões em que o território recebeu a marcação de suas divisas (SILVA, E., 1998).

População fixa:	265.549 habitantes
População flutuante:	Aproximadamente 150 mil pessoas
Taxa de crescimento populacional:	4,08 % ao ano
População economicamente ativa:	119 mil pessoas
Densidade demográfica:	3.616,04 habitantes por km²

Colégio eleitoral:	173.897 eleitores (TRE/maio de 2004)
	196ª zona: 95.539 eleitores
	196ª zona: 78.358 eleitores

Fonte: IPEADATA

Distribuição da População do município de Barueri por Faixa Etária	
0 a 9 anos	55.804
10 a 19 anos	57.629
20 a 39 anos	67.188
40 a 59 anos	43.680
60 anos ou mais	19.470
Não especificada	1.778

Fonte: Censo IBGE, agosto/2004

2.4 Distribuição da população por bairro

Em grande parte, os bairros foram criados a partir do loteamento de chácaras e fazendas que originalmente existiam no município os bairros do distrito sede que, em sua maioria, mantiveram os nomes das fazendas/chácaras, ou receberam o nome a critério de seus loteadores. Casos do Jardim Silveira, que teve sua origem a partir do loteamento criado em 1937 em uma propriedade de Osmar Vergara Silveira, do Jardim Reginalice (resultante do loteamento do deputado Diógenes Ribeiro de Lima e que foi batizado com os nomes de sua esposa e filha, Regina e Alice), dentre outros (Silva, 1998). Com o passar dos anos foram surgindo novos loteamentos, em 2000, Barueri contava com os seguintes bairros/população:

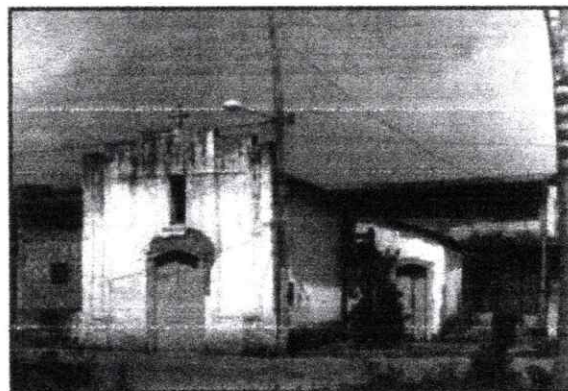
BAIRRO	POPULAÇÃO
Aldeia	7.076

Área Militar	4.683
Centro	20.506
Cruz Preta	18.070
Jardim Belval	26.289
Jardim Califórnia	16.859
Jardim Mutinga/Imperial	33.263
Jardim Reginalice	13.786
Jardim Silveira	52.488
Jardim Tupancy	11.339
Paulista/Votupoca	26.361
Vila Boa Vista	10.221

Fonte: Censo IBGE 2000

2.5 Breve história do Município

Em sua obra, Silva, E. (1998) descreve que a fundação de Barueri remonta à época das missões jesuítas, em meados do século XVI, e segundo os historiadores, a origem da cidade foi o aldeamento de Barueri, fundado em 11 de novembro de 1560 pelo padre José de Anchieta, que ergueu na margem direita do rio Tietê, pouco acima da confluência com o Rio Barueri Mirim, a Capela de Nossa Senhora da Escada, hoje padroeira do município.



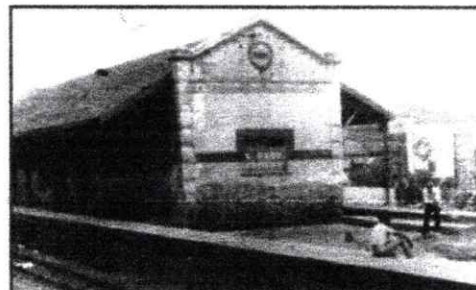
Capela da Aldeia inaugurada por Anchieta

O nome Barueri, segundo alguns estudiosos, significa em língua indígena, mais especificamente na língua Tupi-guarani, "Flor Vermelha que Encanta", uma alusão a algumas espécies de flores que medravam nas margens do rio.

A aldeia de Barueri cresceu rapidamente, tornando-se um dos mais importantes aldeamentos de índios do Brasil-Colônia.

Resistindo bravamente com a ajuda dos padres jesuítas aos frequentes ataques de bandeirantes que desciam o rio Tietê em direção ao interior, aprisionando índios para mão-de-obra escrava, a aldeia conseguiu sobreviver. E com o decorrer dos anos e notório crescimento, a Aldeia chegou a povoado e, posteriormente, já em 1809, à categoria de freguesia.

Em 1870, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Sorocabana e com a inauguração do primeiro trecho em 1875, Barueri ganhou sua estação ferroviária, tornando-se importante entreposto de cargas, rota obrigatória na ligação da capital São Paulo com Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus.



Pertencente ao município e comarca de Santana de Parnaíba, Barueri crescia a olhos vistos, suplantando a pacata e bucólica Parnaíba.

O espírito autonomista não tardou a surgir entre os cidadãos e o movimento emancipacionista ganhou vulto, culminando com a criação do município de Barueri pela lei número 233, de 24 de dezembro de 1948, sancionada pelo então Governador do Estado, Adhemar de Barros.

Em 26 de março de 1949 instala-se o Governo Municipal e a primeira Câmara de Vereadores e em 8 de dezembro de 1964 é promulgada a lei que instalou a comarca de Barueri.

O desenvolvimento econômico de Barueri ganhou força a partir de 1973, quando a Câmara Municipal aprovou a Lei de Zoneamento Industrial que permitiu o surgimento de polos empresariais como os de Alphaville, Tamboré e Jardim Califórnia e, mais recentemente, o Distrito Industrial do Votupoca.

O município de Barueri é nacionalmente conhecido como sede de Alphaville e Aldeia da Serra, conjuntos de condomínios de luxo que são praticamente duas cidades independentes.

2.6 Cronologia

Século XVI - Em 21.11.1560, o Padre José de Anchieta reza a primeira missa no aldeamento de Barueri. Século XVII - Em 1633 os jesuítas foram expulsos. Mas a Capela de Nossa Senhora da Escada, no atual bairro da Aldeia, foi reaberta provocando violenta represália por parte de um grupamento de oficiais. A capela foi depredada, seus móveis e utensílios foram atirados ao rio e os índios, habitantes do aldeamento, foram escravizados.

Século XVIII - No ano de 1759 ocorre a expulsão definitiva da Companhia de Jesus do Brasil.

Século XIX - No ano de 1809 Barueri é elevada à categoria de freguesia. Em 1875 é inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Sorocabana, e Barueri torna-se entreposto de cargas. O povoado de tropeiros passa a ser chamado povoado da Estação. Próximo à estação é erguida a Igreja de São João Batista. Em 23.06.1898 ocorre a primeira procissão na única rua do povoado - mais conhecida como rua Campos Sales.

Século XX - Em 1900 é construída a barragem da Light & Power Company Ltd. em Santana de Parnaíba. Para transporte dos equipamentos da usina, da estação da Sorocabana até Parnaíba, torna-se necessária a abertura da rua Duque de Caxias, como alternativa para evitar a ladeira da rua Campos Sales. 1915 - É inaugurada a Escola Masculina Estação Barueri.

1916 - É inaugurada a Escola Feminina Estação Barueri.

1917 - Barueri é elevada à categoria de Distrito Policial.

1918 - Barueri é elevada à categoria de Distrito de Paz, com subprefeito indicado.

1929 - Aberta a Escola Integrada de Barueri, dando origem ao Grupo Escolar Raposo Tavares, o primeiro de Barueri.

1936 - Instalada a primeira indústria no município: o Frigorífico Pisani.

1937 - Inaugurado o primeiro curso noturno.

1948 - Em 24 de dezembro, o Governador Adhemar de Barros sanciona a Lei n.º 233, criando o município de Barueri.

1949 - Em 26 de março, instala-se o Governo Municipal e a primeira Câmara de Vereadores. Nestor de Camargo Oliveira torna-se então o primeiro prefeito do município.

1964 - Em 8 de dezembro é promulgada a Lei n.º 5285/59 que ratificou a Lei n.º 5121/58, instalando-se a comarca. O mesmo decreto que emancipou o distrito de Carapicuíba criou os distritos do Jardim Belval e Jardim Silveira, que somados aos distritos Sede e da Aldeia, deram origem à atual composição distrital do município. Ainda nesse ano ocorre a aprovação do projeto de lei do município que previa a concessão de isenção fiscal por dez anos a todas as indústrias que viessem a se estabelecer em Barueri.

1972 - Instituição do FEMUPO (Festival de Música Popular Brasileira de Barueri).

1973 - Aprovada a Lei de Zoneamento que cria a área empresarial de Alphaville.

1978 - Criação do SEMASB (Serviço Médico de Assistência Social de Barueri).

1980 - Organizado o primeiro carnaval de rua de Barueri.

1985 - O até então DEC (Departamento de Educação e Cultura) é transformado em autarquia, passando a chamar-se SEMEC (Serviço Municipal de Educação e Cultura).

1992 - O SEMEC é dividido em duas autarquias distintas, o SEMEI (Serviço Municipal de Educação Infantil), encarregado pelas escolas de educação em nível de pré-primário e o SIEC (Serviço Integrado de Educação e Cultura).

1998 - Constituição do Sistema Municipal de Ensino de Barueri.

Barueri e o século XXI

No plano educacional e cultural, Barueri rompe a chegada do novo século com uma rede escolar municipal (de creche ao ensino fundamental e técnico) bem como uma rede de vinte e uma bibliotecas abertas ao público inclusive nos finais de semana. Dispõe do CAP (Centro de Aperfeiçoamento de Professores), um centro de formação voltado ao aperfeiçoamento, capacitação e atualização de seus professores. Em termos culturais, o município dispõe de um dos mais modernos teatros do estado de São Paulo e um Centro Cultural, voltado à apresentação de oficinas culturais, galeria de artes e uma orquestra sinfônica.

Com o início do processo de municipalização das escolas de Ensino Fundamental em 1996, um dos primeiros passos para garantir um ensino de qualidade foi adequar-se à lei, então foi criado o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do FUNDEF e apresentado um plano de carreira para os funcionários do magistério.

Tendo cumprido as exigências obrigatórias por lei, Barueri municipaliza suas primeiras escolas: a EMEF Bruno Tolaine e a EMEF Profa. Maria Elisa B. C. Chaluppe. Dando prosseguimento a esse processo, em 2001 o município atinge 100% de municipalização em suas escolas de Ensino Fundamental, não demitindo professores estaduais, mas mantendo convênio entre Prefeitura e Estado.

Através da portaria n.º 2, de 26/02/1998, o Dirigente Regional de Ensino, nos termos do que determina a Deliberação CEE 11/87 e à vista do parecer CEE 787/97, reconhece a constituição do Sistema Municipal de Ensino de Barueri, transferindo-lhe a responsabilidade pelas escolas de Ensino Fundamental e Médio, inclusive profissionalizantes.

A partir de então começam a surgir ideias com o intuito de propiciar aos educandos e educadores uma educação municipal de melhor qualidade. Quando da discussão do plano de carreira, surge a possibilidade e o anseio de criar um espaço voltado à formação continuada para os docentes do município.

9.394/96, envidarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço, e no Artigo 6º, item IV -, "A jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividade, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola".

Em fevereiro de 2003, o Instituto Paidéia assumiu a assessoria da rede municipal de Ensino Fundamental de Barueri, fornecendo capacitação aos formadores (professores do Núcleo Pedagógico).

Em 22 de março de 2004 foi inaugurado o CAP - Centro de Aperfeiçoamento de Professores - Prof. Munir José, onde são atendidos em média 1500 professores semanalmente para a formação continuada, permanecendo em formação num período de três horas/aula (remuneradas).

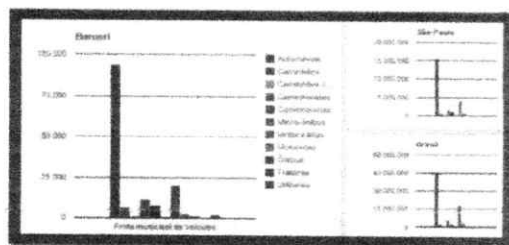
No ano de 2010 foi elaborado o Plano de Referência do Município de Barueri, documento norteador do trabalho educacional pautado nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação.

2.7 Infraestrutura

2.7.1 Energia elétrica

De acordo com a Eletropaulo Metropolitana Electricidade de São Paulo S.A. - o consumo total de energia elétrica em 2012 foi de 1.290.912.796 MWh.

2.7.2 Frota municipal de veículos



Informação disponível: IBGE/2010. Acessado novembro de 2014

Veículo	Município	Estado	Total
Automóveis	93.598	15.843.414	45.444.396
Caminhões	6.431	643.241	2.438.580
Caminhões-trator	1.344	148.455	541.114
Caminhões-tanque	11.344	1.063.998	6.731.997
Carrocerias	7.826	930.120	2.516.987
Microônibus	1.465	407.196	340.876
Motocicletas	20.299	3.978.276	19.114.464
Motocicletas	2.771	950.063	3.217.325
Ônibus	1.231	148.180	547.465
Tratores	150	6.882	28.363
Utilitários	1.959	192.404	483.227

Informação disponível: IBGE/2010. Acessado novembro de 2014

2.7.3 Vias de acesso

Corredor Oeste: Interligação do Rodoanel Governador Mario Covas, que permite acesso às rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Anhanguera, Bandeirantes, entre outras com a rodovia Castello Branco.

2.7.4 Saneamento

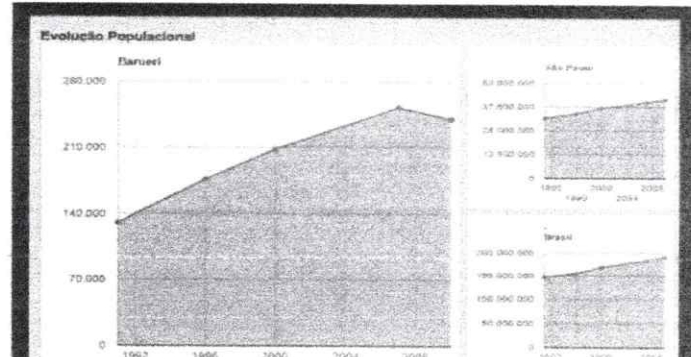
Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Extensão da rede de água: 420 km, abrangendo toda a área do município

Extensão da rede de esgoto: 270 km

2.8 Aspectos Popacionais

Populações estimada em 2014: 259.555



Estrutura Etária da População - Sorocaba - SP						
Estrutura Etária	População (1991)	% de Total (1991)	População (2000)	% de Total (2000)	População (2010)	% de Total (2010)
Até 15 anos	17.382	10,34	13.312	10,42	10.919	11,49
16 a 64 anos	82.225	51,67	138.891	66,58	171.332	71,17
65 anos ou mais	9.196	5,99	8.074	2,92	10.596	4,40
Taxa de dependência	12,1%	-	45,96	-	40,35	-
Índice de envelhecimento	2,39	-	2,92	-	4,40	-

Informação disponível: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010. Acesso novembro 2014

Entre 2000 e 2010, a população de Barueri cresceu a uma taxa média anual de 1,46%, enquanto no Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 5,07%. Na UF, esta taxa foi de 1,02%, enquanto no Brasil foi de 1,02%, no mesmo período.

2.8.1 População fixa e flutuante

População fixa: 245.652 habitantes (Estimativa IBGE / 2012).

População flutuante: aproximadamente 170 mil pessoas. (Estimativa IBGE/2012).

Ano	Barueri	São Paulo	Brasil
1991	130.799	31.588.925	146.825.475
1996	176.697	33.844.339	156.032.944
2000	208.281	37.032.403	169.799.170
2007	252.748	39.827.570	183.987.201
2010	240.749	41.262.199	190.755.799

Informações Disponíveis em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia>. Acesso em outubro de 2014.

2.8.2 Características gerais da população

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população com 10 anos ou mais declara-se de cor ou raça:

População Total, por Sexo, Raça/Etnia - Barueri - SP						
População	População (1991)	% de Total (1991)	População (2000)	% de Total (2000)	População (2010)	% de Total (2010)
População total	130.435	100,00	208.281	100,00	240.749	100,00
Homens	65.014	50,00	102.884	49,40	117.951	48,92
Mulheres	65.421	50,00	105.397	50,60	122.698	51,08
Brancos	103.465	79,30	138.281	66,36	240.749	100,00
Outros	26.970	20,70	70.000	33,64	0,00	0,00

Informações Disponíveis em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia>. Acesso em outubro de 2014.

- Branca: 58.601
- Parda: 44.582
- Preta: 8.357
- Indígena: 116
- Amarela: 1.209
- Sem declaração: 0

2.8.3 População urbana e rural

- População urbana: 217.048 - Censo de 2010 de 0 a mais de 70 anos;
- População Rural: 0;
- Homens: 117.951 habitantes;
- Mulheres: 122.698 habitantes;
- Número de pessoas por quilômetro quadrado: 3.639,94 hab./km².

População residente por lugar de nascimento

240.749 pessoas

População residente por lugar de nascimento - Região Nordeste	46.039 pessoas
População residente por lugar de nascimento - Região Norte	550 pessoas
População residente por lugar de nascimento - Região Sudeste	182.871 pessoas

Informações disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=350570&idtema=97&search=sao-paulo|barueri|censo-demografico-2010-resultados-da-amostra-migracao>>. Acesso em outubro de 2014.

2.8.4 Origem da população

Região do Brasil (2010)

Brasileiros, estrangeiros e naturalizados (2010)

População residente por nacionalidade	240.749 pessoas
População residente por nacionalidade - Brasileiros natos	239.525 pessoas
População residente por nacionalidade - Estrangeiros	912 pessoas
População residente por nacionalidade - Naturalizados brasileiros	312 pessoas

Informações disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=350570&idtema=97&search=sao-paulo|barueri|censo-demografico-2010-resultados-da-amostra-migracao>>. Acesso em outubro de 2014.

2.8.5 Longevidade, mortalidade e fecundidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 18,3 por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,3 por mil nascidos vivos, em 2010.

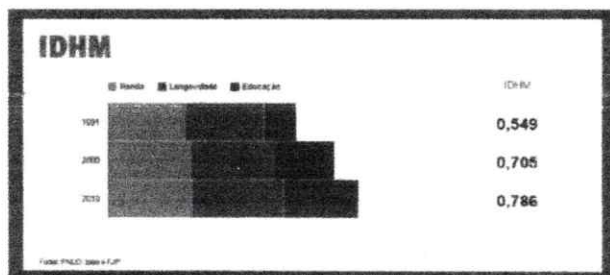
Em 1991, a taxa era de 23,5. Já na UF, a taxa era de 13,9, em 2010, de 19,4, em 2000 e 27,3, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Barueri - SP			
	1991	2000	2010
Expectativa de vida ao nascer (em anos)	69,8	72,8	77,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	23,5	18,3	11,3
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	26,6	21,2	13,2
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,1	2,5	1,8

Informações Disponíveis em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia>. Acesso em outubro de 2014.

2.8.6 Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Barueri é 0,786, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,866, seguida de Renda, com índice de 0,791, e de Educação, com índice de 0,708.

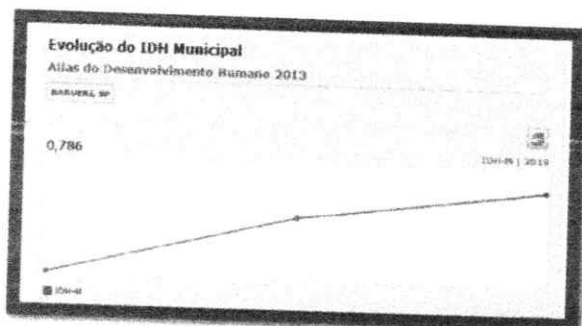


Informações Disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia>. Acesso em: novembro de 2014.

Entre 2000 a 2010:

O IDHM passou de 0,705 em 2000 para 0,786 em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,49%. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,141), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 a 2010:



Informações disponíveis em: < <http://www.deepask.com/goes?page=barueri/SP-veja-o-IDH-Municipal--indice-de-Desenvolvimento-humano---do-seu-municipio> >. Acesso em novembro de 2014.

Ranking – Posição

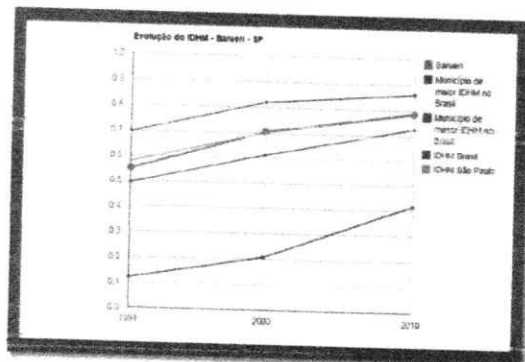
Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é formado por três variáveis: longevidade, renda e educação. A fórmula para calcular o IDH é: $IDH = \sqrt[3]{(L/70) \cdot (R/10000) \cdot (E/100)}$, onde L é a expectativa de vida em anos, R é a renda per capita em reais e E é o índice de educação.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Barueri - SP

IDH e componentes	1991	2000	2010
IDH Educação	0,324	0,367	0,378
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	29,27	45,65	63,50
% de 5 a 9 anos frequentando a escola	75,13	87,54	97,23
% de 10 a 17 anos frequentando as séries finais do ensino fundamental	58,41	73,35	85,72
% de 18 a 24 anos com ensino fundamental completo	21,42	34,45	45,58
% de 18 a 24 anos com ensino médio completo	12,52	34,87	45,55
IDH Longevidade	0,747	0,756	0,804
Expectativa de vida ao nascer (em anos)	69,75	72,77	75,96
IDH Renda	0,727	0,775	0,761
Renda per capita (em R\$)	736,32	994,81	1.095,84

Informações disponíveis em: < <http://www.deepask.com/goes?page=barueri/SP-veja-o-IDH-Municipal--indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio> >. Acesso em novembro de 2014.



Informações Disponíveis em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia >. Acesso em: novembro de 2014

- Estadual: 47
- Nacional: 87
- Brasil está em 79º

2.8.7 Renda Per Capita

1991 a 2010: a renda per capita média de Barueri cresceu 48,83%

1991: R\$ 736,32;

2000: R\$ 994,8;

2010: R\$ 1.095,84, em 2010.

A proporção de pessoas pobres (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00) passou de 11,17%, em 1991, para 10,32%, em 2000, e para 5,65%, em 2010.

PIB per capita (2011): R\$ 131.290,88

Renda, Pobreza e Desigualdade - Barueri - SP

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	736,32	994,81	1.095,84
% de extremamente pobres	2,53	2,59	1,54
% de pobres	11,17	10,32	5,65

Entre os principais ramos:

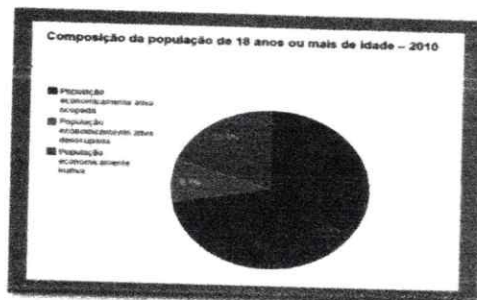
Serviços, R\$ 17,1 bilhões (11º lugar no país).

Indústria, R\$ 4,1 bilhões (25º lugar no país).

Administração, saúde, educação pública e seguridade social R\$613,7 milhões (70º no país).

2.8.8 População economicamente ativa e inativa: 2000 e 2010:

Taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa): passou de 70,66% em 2000 para 71,88% em 2010. Taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada): passou de 19,11% em 2000 para 8,66% em 2010.



Informações Disponíveis em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia >. Acesso em: novembro de 2014.

Pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município trabalhavam:

- Setor agropecuário: 0,30%
- Indústria extrativa 0,11%
- Indústria de transformação 16,07%
- Setor de construção 8,15%
- Setores de utilidade pública 1,14%
- Comércio 12,83%
- Setor de serviços: 50,62%

Valor do rendimento mensal per capita – urbano (2010) R\$ 553,33

Rendimento

Domicílios particulares permanentes	
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	71.809 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	3.619 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	779 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	12.586 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 3 salários mínimos	3.910 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 3 a 4 salários mínimos	5.269 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 4 a 5 salários mínimos	28.123 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	4.245 domicílios
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	13.288 domicílios

Informações disponíveis em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=350570&idma=97&search=sao-paulo%20barueri%20censo-demografico-2010--resultados-da-amostra-migracao> >. Acesso em novembro de 2014.

2.8.9 Habitação

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	93,55	97,11	99,45
% da população em domicílios com energia elétrica	99,77	99,91	100,00
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana. *Somente para população urbana	95,96	99,22	99,92

2.8.10 Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social - Barueri - SP			
Crianças e Jovens			
	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	23,48	18,30	11,34
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	70,81	48,08
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	15,82	4,24	2,24
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	10,74	6,06
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,66	3,64	2,13
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	5,06	3,41
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	15,84	16,94	18,23
% de vulneráveis e dependentes de idosos	0,96	0,98	0,93
% de pessoas de 18 anos ou mais sem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	3,57	3,76	2,87
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	32,26	29,74	19,19
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	38,56	24,19
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	91,07	96,10	98,06

Fonte: PNLD, base FJP

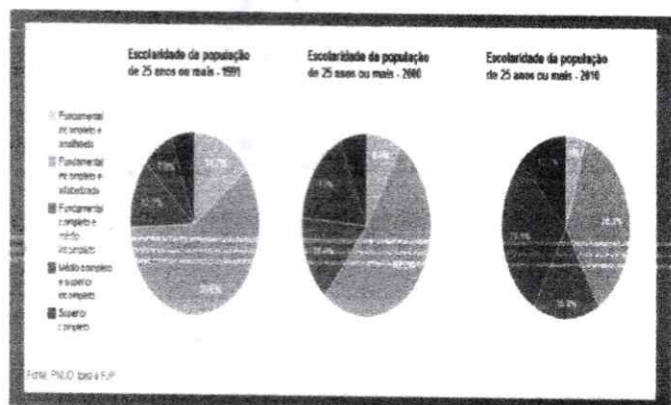
Informações disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia>. Acesso em novembro de 2014

2.8.11 Escolaridade

2000 e 2010: população de 18 anos ou mais:

- Passou de 45,65% para 63,10%, no município;
 - De 39,76% para 54,92%, na UF.
- 2010: população municipal de 25 anos ou mais de idade:
- 5,05% eram analfabetos;
 - 58,62% tinham o ensino fundamental completo;
 - 41,77% possuíam o ensino médio completo;
 - 12,18%, o superior completo.

No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 5,83% e 11,27%.



Informações disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia>. Acesso em novembro de 2014

2000 e 2010

Expectativa de Anos de Estudo - número de anos de estudo de uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.

Município: Passou de 10,01 anos para 9,83 anos, no município.

Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Met.	Estado
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2012	10,54	11,83	11,48
Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2011	157,47	119,53	119,81

Tabelas com alguns índices do histórico do município de Barueri:

Território e População	Ano	Município	Reg. Met.	Estado
Área (em km2)	2014	85,69	7.946,84	248.223,21
População	2014	250.477	20.284.891	42.673.797
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2014	3.813,02	2.552,57	171,92
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2020	2020	0,95	0,72	0,80
Grau de Urbanização (Em %)	2010	100,00	98,86	95,94
Índice de Envelhecimento (Em %)	2014	36,18	58,17	64,32

Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Met.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2008	56	48	42
	2010	58	49	45
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2008	68	68	68
	2010	66	70	69
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2008	50	36	40
	2010	57	43	48
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2010	0,788	-	0,793
IPVS - População Residente em Áreas Vulneráveis (Grupos 5, 6 e 7) (% da	2010	27,4	20,2	16,6

Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Met.	Estado
população exposta)				
Renda per Capita (Em reais correntes)	2010	877,46	946,09	853,75
Domicílios Particulares com Renda per Capita de até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2010	8,73	8,91	7,42
Domicílios Particulares com Renda per Capita de até 1/2 Salário Mínimo (Em %)	2010	23,05	20,52	18,86

Educação	Ano	Município	Reg. Met.	Estado
Matrícula na Creche	2013	7.498	429.059	878.508
Matrícula na Pré-escola	2013	9.607	512.391	1.053.176
Matrícula no Ensino Fundamental - Anos Iniciais	2013	28.728	1.390.510	2.872.896
Matrícula no Ensino Fundamental - Anos Finais	2013	23.750	1.390.288	2.762.268
Matrícula no Ensino Médio	2013	18.201	957.733	1.891.609
Matrícula no Ensino Médio Integrado	2013	7.015	21.507	37.146
Matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Fundamental	2013	1.747	115.778	223.365
Matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada ao Ensino Profissionalizante no Ensino Fundamental	2013	-	381	2.236
Matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Médio	2013	2.194	122.429	236.950
Matrícula na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada ao Ensino Profissionalizante no Ensino Médio	2013	-	54	187
Matrículas na Creche, em Relação à População 0 a 3 Anos (Em %)	2013	40,37	35,00	36,22
Matrículas na Pré-escola, em Relação à População 4 e 5 Anos (Em %)	2013	120,03	89,69	90,81
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2010	4,04	3,60	4,33
Taxa de Escolarização Líquida da População de 6 a 14 Anos (Em %)	2013	147,29	105,33	103,22
Taxa de Escolarização Líquida da População de 15 a 17 Anos (Em %)	2013	118,45	80,35	77,88
Taxa de Abandono do Ensino Médio (Em %)	2012	5,3	-	4,6
Distorção Idade-Série - Ensino Médio (Em %)	2013	16,6	17,2	15,3
População de 18 a 24 Anos com pelo				

Economia	Ano	Município	Reg. Met.	Estado
PIB (Em milhões de reais correntes)	2011	31.935,46	760.044,16	1.349.465,14
PIB per Capita (Em reais correntes)	2011	131.461,66	38.348,15	32.454,91
Participação no PIB do Estado (Em %)	2011	2,366527	56,32	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2011	-	0,05	2,11
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2011	20,07	23,53	27,43
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2011	79,93	76,42	70,46

Informações disponíveis: SIM Educação - Sistema de Informações Municipais. Acessado em janeiro de 2015

3.1 Órgãos relacionados à Educação do Município

- Secretaria da Educação Municipal
- Conselho Municipal de Educação
- Diretoria de Ensino da Região de Itapevi
- Conselho Tutelar
- 2ª Vara da Infância e Juventude do Fórum de Barueri.

3.2 Sistema Municipal de Educação

- Rede Particular;
- Rede Estadual;
- FIEB- Fundação Instituto de Educação de Barueri;
- Rede Municipal.

3.2.1 Rede de Ensino Particular

No site oficial do MOPS existem cadastradas 20 escolas do Ensino Particular na rede Municipal de Barueri, a saber:

- 13 escolas com creches;
- 15 escolas com Pré - Escola;
- 7 escolas com Ensino Fundamental;
- 7 escolas com Ensino Médio;
- 4 escolas com Ensino Profissional.

As escolas privadas do município são:

- Abra Academia Brasileira De Arte Unidade Alphaville :alameda Araguaia 1443a Alphaville
- Aldeia Mirim Escola De Educ. Inf. E Ens. Fundamental: Av. Da Barra 427 Aldeia Da Ser
- Chaluppe Colégio :rua Duque De Caxias 519 Centro
- Colégio de Aplicação Alfcastelo : rua Dr. Cicero Borges De Moraes 100 Jd. Reginalice
- Escola Internacional De Alphaville: Av. Copacabana 824 Cond. 18 Do F Alphaville
- Info Jardins Escola :rua Do Páco 103 Centro
- Jose Ephim Mindlin Senai :alameda Waghli Sales Nemer 124 Centro
- Kids Place Educação Infantil :alameda Amazonas 552 Alphaville Industrial
- Leonardo Anglo Colégio :alameda Amazonas 868 Alphaville Industrial
- Macunaima Teatro Escola :praça Das Paineiras 82 Alphaville Comercial
- Maraneta Escola De Educação Infantil :rua Vera 303 Parque Dos Camargos
- Morumbi De Alphaville Escola De Ensino Fundamental :alameda América 710 Tamborê Polo Empresarial
- Mundo Melhor Centro De Recreação Infantil :rua Benedito De Paula Marcondes 75 Jardim Audir
- Paraíso De Alphaville Escola :alameda Araguaia 850 Alphaville Industrial
- Pequenos Heróis Núcleo De Recreação Infantil :rua Hebe 68 Parque Dos Camargos
- Presbiteriano Mackenzie Tamborê Colégio :av.venida Mackenzie 905 Tamborê
- Primeiro Passo Escola: África 144 Alphaville
- Pueri Domus Escola Experimental :estrada Dr. Yojiro Takaoka 3900 Aldeia D Sems
- Sonho Magico Centro De Recreação Infantil :av.venida Da Aldeia 71 Jardim Itacama
- Ursinho Branco Escola :av.venida Copacabana 500 Empresarial 18 Do Forte

Informações disponíveis em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>
Acesso em Janeiro de 2015

3.2.2 FIEB - Fundação Instituto de Educação de Barueri

FIEB- Escolas que oferecem ensino fundamental e médio

- ITB Prof. Munir José
- ITB Prof.ª Maria Sylvia Chaluppe de Mello
- ITB Prof. Hercules Alves de Oliveira
- ITB Prof. Moacyr Domingos Sávio Veroneze
- ITB Prof. Antônio Arantes Filho

Polo Universidade Aberta do Brasil - UAB: credenciada pelo MEC para proferir cursos a distância de graduação e pós graduação através de universidades Públicas.

Faculdade Municipal Credenciada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo

3.2.3. Rede de Ensino Municipal

Conforme a deliberação do Conselho Municipal de Educação - Nº 002/2013 - aprovada em 27/11/2013, determinou-se a implantação da Educação Infantil e o Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino para o ano letivo de 2014 e está organizada da seguinte forma:

- EMEI - 16
- EMM- 24
- EMEIEF- 07
- EMMEI- 02
- COMPLEXOS (EMEIEF) - 02

No site oficial do MOPS, existem cadastradas detalhadamente as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede Municipal da cidade de Barueri, sendo elas:

- Agenor Lino De Matos Deputado Emef :rua Treze de Maio 59 Vila Universal
- Alfredo do Carmo Prof EMEIEF R. Marta nº 20 Vila Nova
- Alcino Francisco De Souza Prof Emef :av.venida Presidente Washington Luiz 444 Jardim Silveira
- Alexandrino De Silveira Bueno Prof Emef :av.venida Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão 836 Jardim Silveira
- Amador Aguiar Emef :rua Martins Fontes 412 Parque Imperial
- Anna Irene Mazon de Freitas Emef :estrada Dos Pinheiros 198 Jardim Paulista
- Aparecida Conceicao Soares Akyama Profa Esc Mun Mat :henrique Goncalves Baptista 1776 Jardim Belval
- Aracy Martins De Lima Escola Maternal :av Henrique Goncalves Baptista 453 Jd Belval
- Aristides Da Costa E Silva Prof Emef :av Henrique Goncalves Baptista 1097 Jd Belval
- Armando Cavazza Emef :rua Sao Paulo 706 Vila Engenho Novo
- Benedito Adherbal Farbo Emef :r Orinoco 153 Vale Sol
- Benedito Venancio Emef :rua Mar Negro 164 Jardim Regina Alice
- Bruno Tolaini Emef :est Pitas Das 898 Prq Viana
- Caio Prado Junior Dep Emef :r Oscar Bressane 85 Vi Morelato
- Cecília de Silva Carvalho Emef :rua Maria Helena 220 Engenho Novo
- Daiva Fogaça Prof EMEF: Av. Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão - 1127 - Jd Silveira
- Decio Trujillo Emef :estrada Velha De Itapevi 3880 Vila Militar
- Deiro Felício De Andrade Rev Emef :rua Piratininga 103 Jd Paulista
- Dorival Faria Esc Municipal De Ed Inf E Ens Fundame :r Merte 55 Jardim Tupanci
- Egidio Costa Professor Emef :rua Ponte De Pedras 60 Jardim California
- Egle Aparecida Rodrigues Campos Profa Esc Mun Mater :estrada Do Exército Brasileiro 920 Jardim Audir
- Elizaburo Nomura Prof Emef :av.venida Marginal Esquerda 1177 Jardim Itaparica
- Elaine Calceolari Profa Emef :rua Niterói 113 Jardim Maria Helena
- Eliane Castanon Pereira Profa Escola Municipal Mate :rua Brasiandia 96 Chacaras Marco
- Elidio Mantovani Padre Emef :r Cristiane 25 Prq Camargos
- Elvira Lefevre Sales Nemer Profa Emef :rua Elvira Lefevre Sales Nemer 277 Jardim Sao Pedro
- Emlinoldo Harger Emef :r Pe Cicero Romão Batista 75 Prq Imperial
- Estevan Placêncio Emef :r Parana 206 N Aldeia
- Fioravante Barletta Emef :v Taboão 742 Jardim Silveira
- Francisco Zaccaria Emef :r Iporema 420 Jd M Helena
- Gilberto Florencio Prof Emef :rua Mar Vermelho 1101 Jardim Reginalice
- Gláucia de Souza Lima Escola Maternal Municipal :rua Ver. Jose Vieira 154 Jardim Regina Alice
- Guilherme Alves Siqueira Cap Escola Municipal Meter :rua Dempachi Nakayama 302 Jd Esperanca
- Ivani Maria Passa Profa Emef :rua Professora Ivani Maria Passa 21 Jardim Dos Camargos
- Joao Batista Pazinato Junior Emef :rua Para 131 Nova Aldenice
- Joao Carvalho De Lima Emef :r Mauro Jose De Silva :Jardim 326 Jardim Mutinga
- Joao de Almeida Lemos Emef :rua Vitorino Catagare 250 Jardim Paraiso
- Joao Evangelista de Oliveira Emef :rua Dom Feliciano 240 Jd Mutinga
- Joao Fernandes Emef :rua Gloria 570 P dos Camargos
- Joao Tiburcio Silva Filho Prof Emeief :rua Cambui 169 Chacaras Marco
- Jorge Augusto de Camargo Prof Emef :v Catelandia 924 Engenho Novo
- Jose Domingos de Silveira Prof Emef :av Sao Vicente De Paula 100 Jardim Mutinga
- Jose Emilio de Aguiar Emeief :r Augusta 198 Jd M Teresa
- Jose Leandro De Barros Pimentel Emef :v Pelagias 62 Jd Silveira
- Jose Martinho Costa Pereira Escola Maternal :rua Jose Maria Lisboa 10 Prq Imperial
- Jose Vital Alves Freire Emef :r Governador Adhemar Pereira De Barros 117 Jd Itaquí
- Julio Gomes Camião Emef :r Padre Cicero Romão Batista 221 Prq Imperial
- Lezara Augusta Cardia Sebastião Profa Esc Mun Mat :rua Jose Martinho 365 Parque Imperial
- Lúcio Vieira De Moraes Prof Emef :v Taboão 45 Jardim Santa Monica
- Levy Goncalves De Oliveira Emef :rua Professora Renilde De Almeida 400 Prq Imperial

• Maria Eliza B. Couto Chaluppe Profa. Emef. rua Gengio Banninger 125 Vila São Luiz Centro
• Maria Rosa Ferreira Escola Maternal - rua Petrolina 85 Jd Mutings
• Maria Sylvia Chaluppe De Mello Profa. Itb. rua Rb Do Engenho Novo 238 Vila Engenho Novo
• Mario Bozera Maternal Municipal - rua Das Flores 90 Parque Viana
• Mario Joaquim Escobar De Andrade Emef. estrada Dos Pinheiros 193 Jardim Paulista
• Marisa Odaine De Oliveira Molina Professora Esc. Mun. rua Ruri 3 Jardim Imperial
• Marlene Pereira Santiago Profa. Emef. rua Tome De Souza 259 Parque Imperial
• Mary Taveira De Almeida Escola Maternal Mun. avenida Marginal Direita 45 Jardim Paulista
• Matilde Abreu De Moraes Escola Maternal Municipal - marabá 416 Vila Barros
• Nely Benedicta Recegatto Camargo Mancini Profa. Emef. rua Princesa Isabel 145 Jd Belval
• Nestor De Camargo Prefeito Emef. / Aberto Luz 88 Jd Mutings
• Onofre Da Silva Emef. estrada Dos Pinheiros 1450 Jardim Paulista
• Osvaldo Batista Pereira Emef. rua Nelly Massimo Fernandes 110 Recanto Phrynia
• Pedro Izidoro Emef. rua Das Orquídeas 90 Jd Florida
• Raposo Tavares Emef. rua Silveira 15 V. São Vito
• Renaldo Cruz Padre Emef. rua Goiânia 187 Jd Libero
• Ricardo Pivagno Emef. av. Prefeito João Villalobo Guerrero 1379 Jd Belval
• Rita De Cassia Camargo Rocha Profa. Emef. rua Tontama 32 Jardim São Vicente De Paula
• Rita De Jesus Emef. / Duarte De Costa 143 Pq Imperial
• Roberto Grib Medeiros Maternal Municipal - rua Niteroi 195 Jd Maria Helena
• Roberto Luis De Araujo Brandão Emef. av. Anibal Corrêa 2383 Parque Viana
• Rogelio Lopez Recaney Emef. rua Istanbul 47 Vale Do Sol
• Roque Soares Souza Emef. rua Professora Renilde De Almeida 355 Parque Imperial
• Sandro Luis Braga Emef. / Nere 300 VI Engenho Novo
• Sidney Santucci Prof. Emef. rua São Fernando 565 Jardim Julio
• Suzy Da Costa E Silva Mariano Profa. Emef. / Giovanni Adílio Tolante 116 Jardim Maria Helena
• Takechi Takasu Emef. rua Tiete 1026 Vila São Silvestre
• Taro Moutori Prof. Emef. rua Talanda 20 Vila São Luiz Valparaíso
• Thomas Victoria Rodrigues Emef. rua Marília 155 Jd Audir
• Valdeineis De Fatima Casali Escola Municipal Matern. rua Duque De Caxias 150 Vila Engenho Novo
• Vitoria Regiani Assenza De Moura Profa. Esc. Mun. Mata - rua Loterio Vieira 71 Aldeia De Barueri
• Wander Ribeiro Emef. / Talanda 120 VI S. Luiz Valparaíso
• Yojro Takasaka Eng. Emef. / av. Quatema 505 Residencial Morada Dos Lagos
• Zila Marques De Castro Professora Esc. Mun. Maternal - rua Professora Renilde De Almeida S N Parque Imperial

Informações disponíveis em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/> Acesso em Janeiro de 2015

3.2.4 Escolas da Rede de Ensino Estadual

- EE. Profª Alayde D. Couto Macedo
- EE. Aldeia de Barueri - Compartilhada
- EE. Amador Aguiar - Compartilhada
- EE. Dep. Caio Prado Júnior - Compartilhada
- EE. Prof. Itajahy Feitosa Martins
- EE. Profª Ivani Maria Pees - Compartilhada
- EE. Jardim Maria Helena I - Compartilhada
- EE. Estudante Henrique Fernandes Gomes - Compartilhada
- EE. Jardim Paulista - Compartilhada
- EE. Profª José Domingos da Silveira - Compartilhada
- EE. José Leandro de Barros Pimentel - Compartilhada
- EE. Profª José Wilson Padilha
- EE. Lênio Vieira de Moraes - Compartilhada
- EE. Leonor Mendes de Barros
- EE. Mário Joaquim E. de Andrade - Compartilhada
- EE. Myrtas T. A. Villela
- EE. Nestor de Camargo
- EE. Parque Imperial - Compartilhada
- EE. República de Cuba - Compartilhada
- EE. República de El Salvador - Compartilhada
- EE. República do Equador

PROJEÇÕES E HISTÓRICO DE CADA FASE

Para um melhor entendimento do quadro atual, seguem projeções mais detalhadas em gráficos do Censo Escolar do Município de Barueri nas modalidades de ensino:

- Creche - até 3 anos
- Pré-escola - 4 e 5 anos
- Anos iniciais do Ensino Fundamental (E.F.I) - 1º ao 5º ano
- Anos finais do Ensino Fundamental (E.F.II) - 6º ao 9º ano
- Ensino Médio
- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Profissional
- Educação Especial

4.1. Educação Infantil: Creche

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394/96, a Educação Infantil recebeu o mesmo destaque e é então afirmada como primeira etapa da Educação Básica. Esse é o grande marco e ponto de partida para a organização da Educação Infantil em nosso país, a partir de 1996.

dar e educar as crianças.

Para Winnicott (1982):

A função da escola maternal não é ser um substituto para uma mãe ausente, mas suplementar e ampliar o papel que nos primeiros anos da criança, só a mãe desempenha. Uma escola maternal, ou jardim de infância será possivelmente considerada, de modo mais correto, uma ampliação da família 'para cima', em vez de uma extensão 'para baixo' da escola primária.

A Educação Infantil, nesse município, enfatiza o direito de ser criança brincando, vivendo experiências de forma lúdica e aprendendo de forma mais sistematizada, buscando a superação dos traços antigos de uma educação assistencialista, objetivando o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, e associando-se a padrões de qualidade acessível a qualquer criança, nesse sentido:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (RCNEI/1998)

Nesse sentido, compreendemos que a sintonia entre educar, cuidar e brincar depende de uma ação pedagógica respaldada em uma visão integrada acerca do desenvolvimento infantil, respeitando as peculiaridades de cada criança e as especificidades de cada fase, oportunizando situações de aprendizagem significativas e prazerosas que auxiliem no desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento da criança em relação a si e ao mundo.

Espera-se, com isso, que as escolas de Educação Infantil deste município direcionem suas atividades fomentando o desenvolvimento integral, assumindo a garantia de aprendizagem dos alunos e entendendo que o respeito à especificidade dos primeiros anos da criança determina uma prática precursora da primazia educacional, essas especificidades alicerçadas na ontogênese infantil pressupõe ações conscientes ancoradas em quatro pilares que estão descritos no documento introdutório do Plano de Referência para a Educação Básica:

1. Que o aluno goste da escola;
2. Que o aluno aprenda;
3. Que o aluno caminhe rumo à autonomia;
4. Que o aluno seja um cidadão no momento presente.

Nesse contexto, evidencia-se a visão desta Secretaria que considera a etapa da Educação Infantil como um tempo único para que a criança viva como criança em espaços preparados para aprendizagem, acompanhada por educadores que valorizam a infância e auxiliam a comunidade a reconhecer os princípios que norteiam o desenvolvimento do trabalho pedagógico, bem como, os direitos do pleno exercício da infância e a inserção social.

Assim sendo, a Educação Infantil, nesse município, pressupõe posição de igualdade, enquanto instituição, quando comparada com os outros níveis de ensino, referenciando o período de desenvolvimento em que a criança se encontra, considerando "[...] a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motoras, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças [...]". (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, 2009).

Conclui-se no âmbito da Secretaria de Educação, que as ações futuras para a Educação Infantil serão de continuar ampliando e contribuindo para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos e investindo no contínuo aprimoramento profissional dos educadores da rede, garantindo dessa forma, o direito a uma educação de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

Fonte: Plano de Referência para a Educação Básica do Município de Barueri/2010.

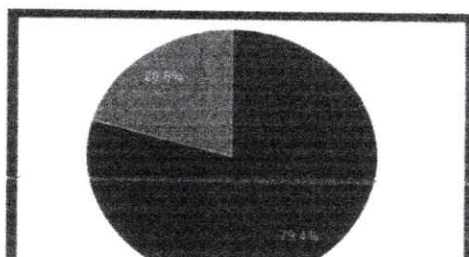
Organização da Educação Infantil

MODALIDADE DE ENSINO	FASE/ IDADE	NÚMERO DE CLASSES	NÚMEROS DE ALUNOS
Creche (EMM)	Fase 0 - 0 ano	26	445
	Fase 1-1 ano	53	1.599
	Fase 2 - 2 anos	73	2.415
	Fase 3 - 3 anos	81	2.884
	TOTAL	233	7.343

Fonte: GDAA. Acessado em: novembro de 2014

Educação Infantil - Creche

Matriculas por rede de atendimento - 2007

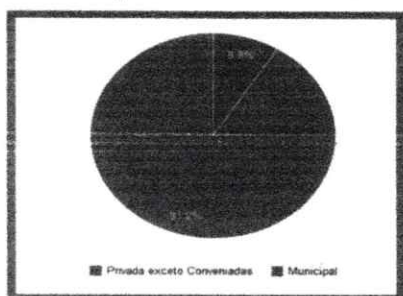


Matrículas 2007

Municipal: 2.644
Conveniada: 686

Educação Infantil – Creche
 Matrículas, por rede de atendimento - 2013

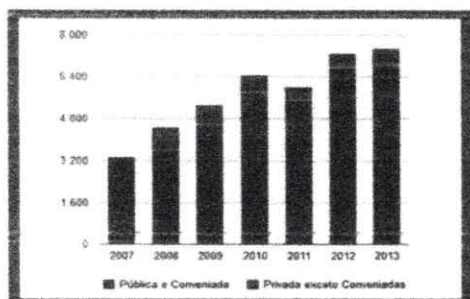
Matrículas, por rede de atendimento - 2013



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Matrículas 2013

Municipal: 6.841
Privada, exceto Conveniadas: 657

Educação Infantil – Creche
 Matrículas na creche, por rede de atendimento 2007 a 2013


Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Matrículas 2007

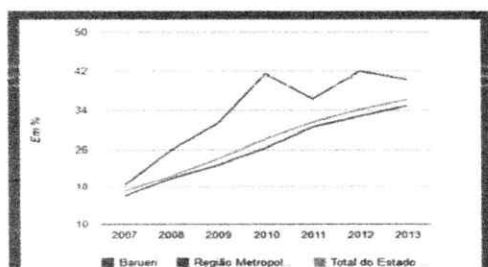
Pública e Conveniada: 3.330
Privada Exceto Conveniadas: 0

Matrículas 2008

Pública e Conveniada: 3.613
Privada, exceto Conveniadas: 866

Matrículas 2013

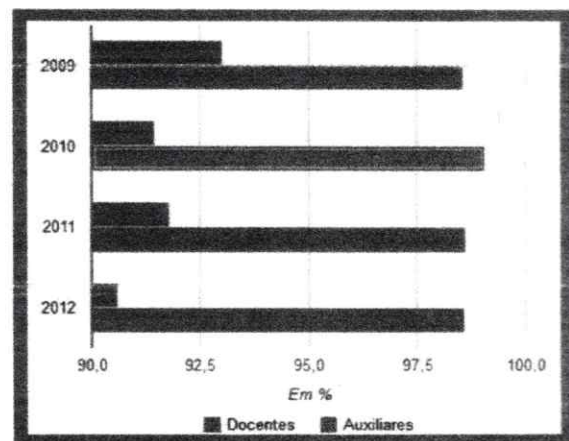
Pública e Conveniada: 6.841
Privada, exceto Conveniadas: 657

Educação Infantil – Creche
Matrículas na creche com população de 0 a 3 anos
 2007 - 2013
**Matrículas 2007 a 2013**

Barueri 2007: 18,43
Barueri 2013: 40,37
Região Metropolitana 2007: 15,77
Região Metropolitana 2013: 35,00
Total do Estado de S.P. 2007: 16,97
Total do Estado de S.P. 2013: 36,22

Educação Infantil – Creche de 2009 a 2012

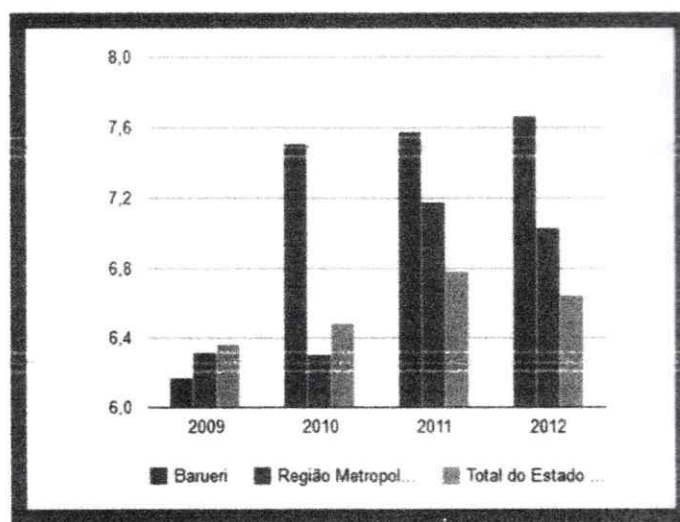
Docentes de Creche com Ensino Superior ou Magistério Completo e Auxiliares de creche com Ensino Médio Completo



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – Janeiro 2015

Docentes 2009: 93,03
Auxiliares 2009: 98,56

Docentes 2012: 90,61
Auxiliares 2012: 98,58

Educação Infantil – Creche de 2009 a 2012
 Número Médio de Alunos de Creche por profissional


Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Alunos por Profissional 2009

Barueri: 6,17

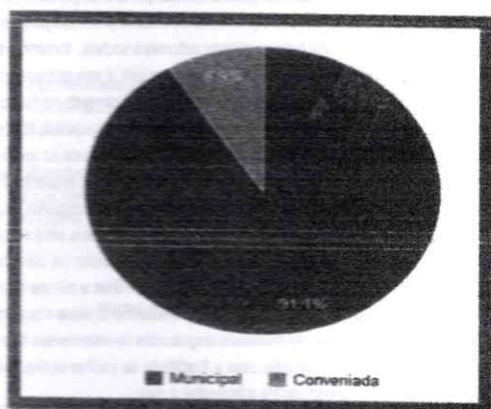
Região Metropolitana de S.P.: 7,03
Total do Estado de S.P.: 6,64

4.2 Educação Infantil – Pré-Escola Organização da Educação Infantil

MODALIDADE DE ENSINO	FASE/ IDADE	NÚMERO DE CLASSES	NÚMEROS DE ALUNOS
Pré-escola (EMEI – EMEIFE)	1ª fase – 4 anos	175	4.368
	2ª fase – 5 anos	182	4.462
	TOTAL	357	8.830

Fonte: GDAAE. Acessado em: novembro de 2014

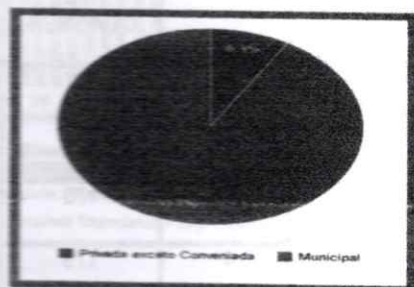
Educação Infantil – Pré-escola Matrículas por rede de atendimento – 2007



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Conveniada 837 (8.9%)
Municipal 8.552 (91.1%)

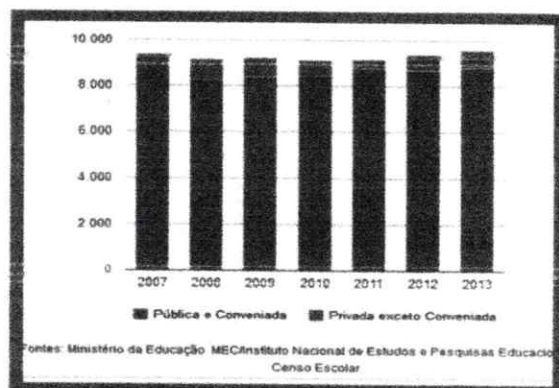
Educação Infantil – Pré-Escola 2013 Matrículas, por rede de atendimento



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Matrículas 2013:
Municipal 8.210 (91,7%)
Privada Exceto Conveniada 797 (8,3%)

Educação Infantil –Pré-Escola 2007 - 2013 Matrículas, por rede de atendimento



Fontes: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Matrículas 2007

Pública conveniada – 9.389
Privada Exceto Conveniada – 0

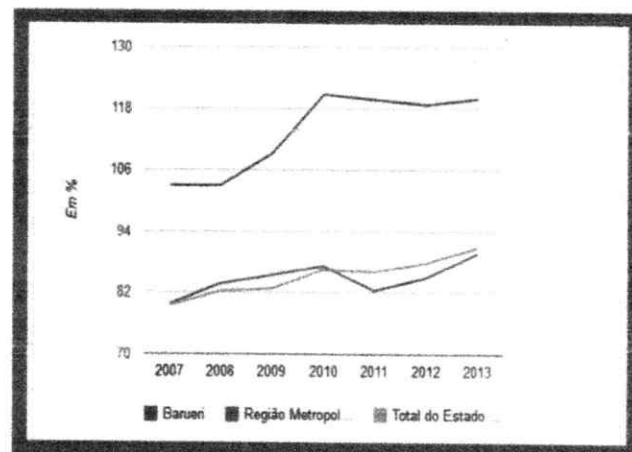
Matrícula 2008

Pública conveniada – 8.260
Privada Exceto Conveniada – 891

Matrícula 2013

Pública conveniada – 8.810
Privada Exceto Conveniada – 797

Educação Infantil –Pré-Escola 2007 a 2013 4.3.5. Matrículas, população de 4 e 5 anos



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Matrículas Barueri

2007 103,02
2013 120,03

Matrículas Região Metropolitana

2007 79,75
2013 89,68

Matrículas Total do Estado de S.P

2007 79,74
2013 90,81

MATERNAIS
barueri

Horário ampliado

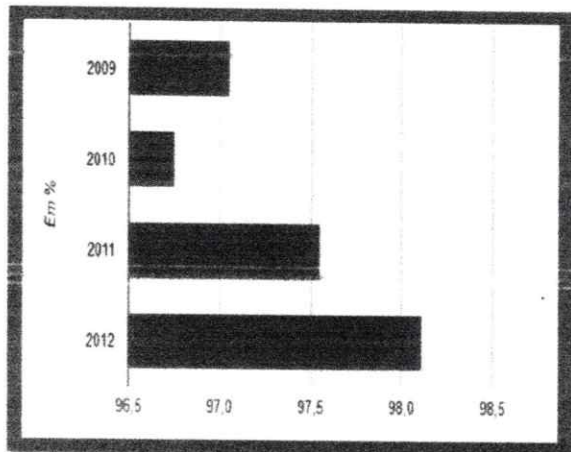


Barueri
SINTEL, GOVERNANDO



NOSSO FUTURO

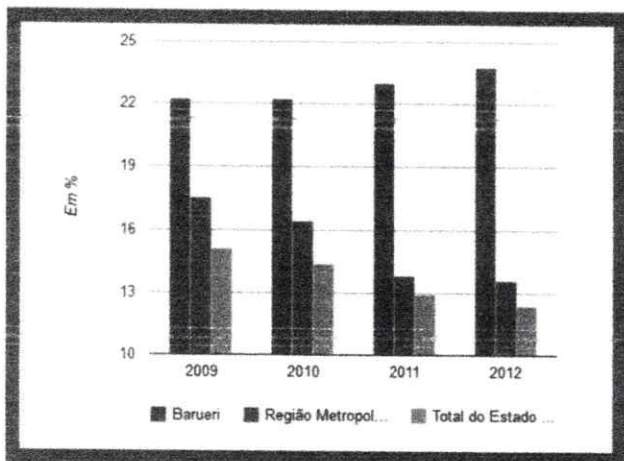
Educação Infantil –Pré-Escola 2009 - 2012
Docentes com ensino superior ou magistério completo



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Docentes:
2009: 97,05
2012: 98,11

Educação Infantil –Pré-Escola 2009 - 2012
Número de Alunos por docentes



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – janeiro 2015

Matrículas Barueri

2009 22,26
2012 23,80

Matrículas Região Metropolitana

2008 17,54
2012 13,59

Matrículas Total do Estado de S.P

2009 15,11
2012 12,36

4.3 Ensino Fundamental I e II

(...) A história, no fundo, é a história dessa procura... Pensar a história como possibilidade é reconhecer a educação como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa... Nossa tarefa como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo. Num mundo mais humano (...) FREIRE in NAVEZ (2011, p.2)

Buscamos atribuir, no que diz respeito ao Ensino Fundamental, a criança como um ser que precisa de

sarem e agirem mais adequadamente. Dessa forma, o docente deve direcionar o movimento pedagógico em defesa da fraternidade e do respeito, pensando sempre na busca do crescimento pessoal e social. Em todo levantamento para a construção do Documento-Base do PME, percebemos que os princípios que emergem o saber da Educação Fundamental vividos pelo município de Barueri representam os princípios da educação humanizadora, ou seja, que pregam uma vida cooperativa, a comunicação e a livre expressão. Assim, percebemos na construção desse documento que as regras educacionais da Educação fundamental sistematizam os triunfos, diminuindo as falsas manobras e os riscos de erro, desenvolvendo uma gama de valores sociais, culturais e humanos alicerçados no bom senso. O bom senso, para esta instituição, possibilita ao professor rever a própria postura em relação ao ensino e à educação, abrindo todos os caminhos possíveis para que os alunos possam ser bem sucedidos.

A educação no Município de Barueri, não descreve a escola, nem o ensino à parte, mas, sim, estabelece uma verdadeira relação entre educador e educando. Deve considerando que a criança se desenvolve como um todo, e o educador preconiza uma educação que prepara o aluno para o exercício da cidadania ou seja, ser consciente de seus direitos e deveres no mundo que irá construir e dominar. Portanto, na construção do Plano Municipal de Barueri o ensino fundamental deve seguir com seu trabalho de cooperação, porque este, além de ser de grande importância, transforma as crianças nas relações com os outros, aprendendo a importância de construir sua vida, seu conhecimento, confrontando-se face a face com as dificuldades que possam aparecer, aprendendo também a ultrapassá-las. Sentimos, assim, que as escolas de Barueri apresentam-se hoje, como uma das mais importantes instituições sociais, realizando a mediação entre o indivíduo e a sociedade, entendendo que a criança, ao crescer e se desenvolver, vai deixando de imitar "ao pé da letra" os comportamentos adultos para, aos poucos, construir as próprias maneiras de atuar em conformidade com os valores culturais e sociais, tornando-se mais autônoma ao escolher os grupos aos quais quer pertencer, aumentando, assim, o seu potencial de pertencimento. Quando se fala no processo de ensino e aprendizagem e em pertencimento no Plano Municipal para a Educação Fundamental, devemos nos fortalecer diante das leis e das demandas do município, evitando o risco de adotar uma descrição idealizada de escola que se constitua isolada da sociedade em que está inserida. Dessa forma, pensa-se muitas vezes que basta um professor bem preparado, com um bom planejamento e um bom domínio dos conteúdos e dos métodos, aliado a um conjunto de alunos individualmente motivados e dotados de condições prévias consideradas satisfatórias, para se conseguir o sucesso no plano individual de cada aluno. A esfera da responsabilidade escolar vai além das práticas pedagógicas e da produção e reprodução de conteúdo, pois engloba também a atitude de considerar a realidade como sua totalidade cujas partes são interatuantes. Ao descrever o plano nos apropriamos do diagnóstico levantado para enfatizar o ensino de qualidade englobando levantamentos de informações a respeito dos alunos e das suas condições de vida, com a finalidade de melhor conhecê-los, compreendê-los e propiciar-lhes situações de aprendizagem adequadas a eles. Portanto, acreditamos que o ensino como um todo tem a função de procurar integrar efetiva e afetivamente os alunos e seus familiares, considerando suas aspirações, seu histórico de vida e as decisões familiares que lhes dizem respeito. Consideramos também o discente como agente do próprio processo de aprendizagem, com o direito de conquistar um conjunto de instrumentos, habilidades e princípios éticos para lidar adequadamente com a liberdade, atuar e refletir sobre a realidade, em suma, relacionar-se com o mundo de modo eficaz.

Organização do Ensino Fundamental

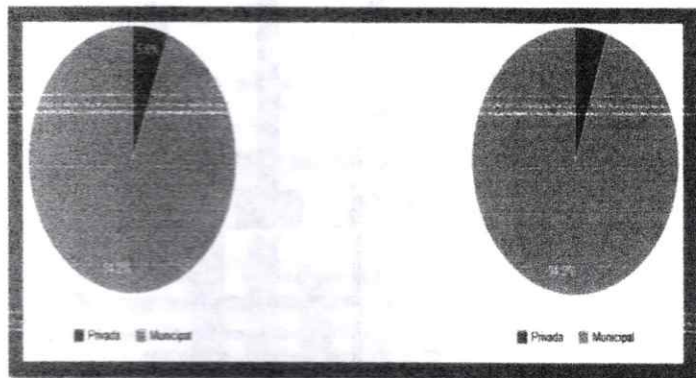
MODALIDADE DE ENSINO	ANO	NÚMERO DE CLASSES	NÚMEROS DE ALUNOS
Anos iniciais do Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	1º	171	4.447
	2º	182	5.186
	3º	179	5.204
	4º	179	5.073
	5º	185	5.461
Anos finais do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano	6º	170	5.097
	7º	181	5.359
	8º	176	5.154
	9º	146	4.111

Ensino Fundamental I e II 2000 – 2013

Matrículas anos iniciais e anos finais E. F.

Anos iniciais

Anos Finais



Matrículas Fundamental I / 2013

Municipal – 27.075 (94,02%)

Privada – 1.653 (5,8%)

Matrículas Fundamental II / 2013

Municipal – 22.535 (94,09%)

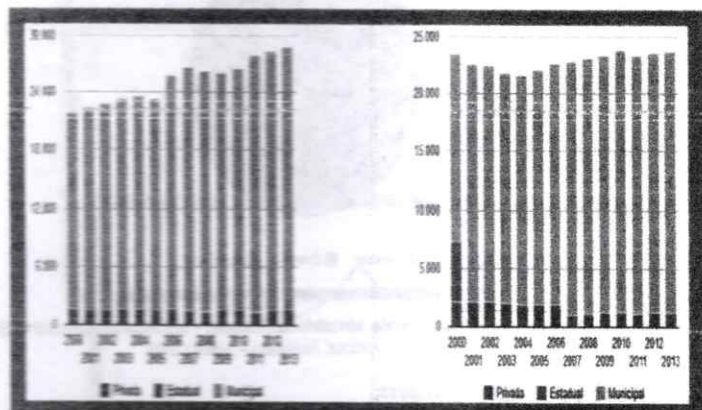
Privada – 1.215 (5,8%)

Ensino Fundamental I e II 2000 – 2013

Matrículas anos iniciais e anos finais E. F.

Matrículas Fundamental I

Matrículas Fundamental II



Matrículas Fundamental I / 2000

Municipal – 20.136

Privada – 1.654 (5,8%)

Estadual – 0

Matrículas Fundamental I / 2013

Municipal – 27.075

Privada – 1.653

Estadual – 0

Matrículas Fundamental II / 2000

Municipal – 16.125

Privada – 2.163

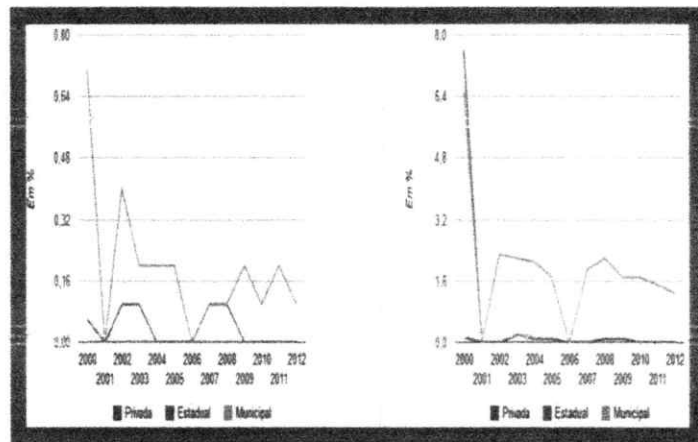
Estadual – 0

Ensino Fundamental I e II 2000 – 2012

4.4.4. Taxa de Abandono.

Fundamental I

Fundamental II



Abandono Fundamental I / 2000

Municipal – 0,71

Privada – 0,05

Estadual – 0

Abandono Fundamental I / 2012

Municipal – 0,01

Privada – 0

Estadual – 0

Abandono Fundamental II / 2000

Municipal – 6,53

Privada – 0,14

Estadual – 7,60

Matrícula Fundamental II / 2012

Municipal – 1,03

Privada – 0

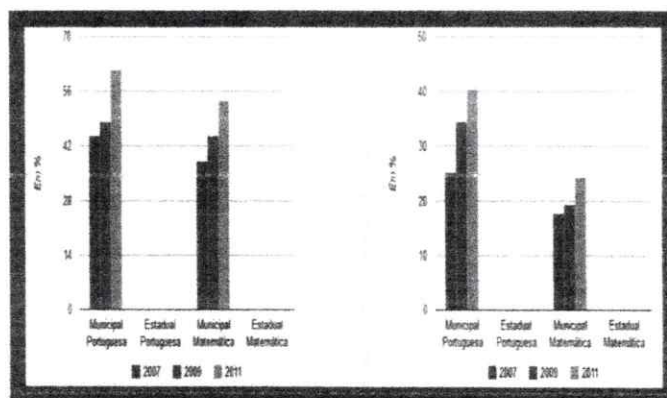
Estadual – 0

Ensino Fundamental I e II 2007 – 2009 e 2011.

Prova Brasil - alunos que atingiram o nível adequado ou avançado.

Alunos de 5º Ano

Alunos 9º Ano



Informações disponíveis: Fundação Seade, Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, Censo Escolar. Acessado – Janeiro 2015

Municipal Língua Portuguesa Fundamental I

2007: 44,56

2009: 48,42

2011: 61,47

Municipal Matemática Fundamental I

2007: 38,12

2009: 44,62

2011: 53,83

Municipal Língua Portuguesa Fundamental II

2007: 25,26

2009: 24,50

4.4 Ensino Médio

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes! FREIRE (p.56, 1978)

Há alguns aspectos relevantes a serem observados em relação à educação brasileira em geral. Entre eles, podemos ressaltar os problemas apontados nos exames nacionais e a má colocação do país nos principais rankings internacionais ou olharmos pelo lado positivo: o acesso à escola está perto da universalização e a comparação de índices de qualidade dos últimos anos aponta uma trajetória de melhoria. Quanto ao ensino médio, os dados de abandono são alarmantes e não há avanço na qualidade na última década.

A pesquisadora do Instituto Unibanco, Wanda Engel, nos retrata que o problema do ensino médio é antigo, mas torna-se mais grave e urgente. As tecnologias reduziram os postos de trabalho mecânicos e aumentaram a exigência mínima intelectual para os empregos. A chance de um jovem sem ensino médio ser excluído na sociedade atual é muito maior do que há uma década, por exemplo. Ao mesmo tempo, a abundância de jovens no país está com tempo contado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil entrou em um momento único na história em que há mais adultos do que crianças e idosos. Os especialistas chamam o fenômeno de bônus demográfico, pelo benefício que traz para a economia. Para os educadores, isso significa que daqui para frente haverá menos crianças e adolescentes para educar. No entanto, sabemos que a fase do ensino médio é crucial para o adolescente. Conforme suas oportunidades e interesses, ele pode ter um futuro promissor ou não ter chance de sucesso na vida.

Através dos estudos feitos e pelos índices apontados no Município de Barueri, percebemos que esse problema existe, mas em menor proporção se comparado ao estado e mesmo ao país.

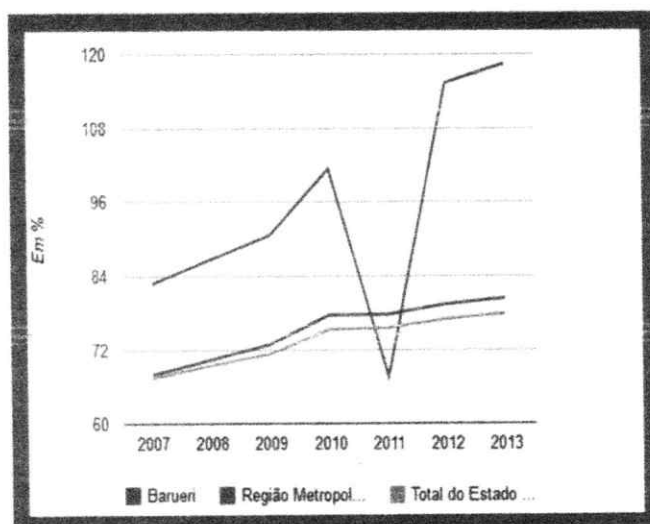
Um desses motivos é a apropriação dos saberes pelo professor. O professor que se apropria dos saberes, tem uma visão de mundo, uma concepção de educação e de ensino, (para a sala de aula e também para fora dela) que determinam que tipo de ações são mais adequadas para resolver as situações diárias, usando-os como recursos estratégicos o auxiliando nos repertórios dessas ações (constituídos de flexibilidade e na ampliação e melhoria de trajetória educacional), definindo a escola como um espaço de mediação, pois atende às exigências e demandas sociais, dessa forma, a relação do educador com o educando, é baseada na interpretação, na identificação e no diagnóstico tornando o ambiente acolhedor para esse jovem.

Resgatamos as estratégias para as metas que descreve o ensino Médio, descrevendo sobre esses saberes, entendendo que só se constrói uma educação de qualidade para os jovens, na busca constante da atualização profissional do professor, e esta atualização deve estar sempre associada a sua fonte e lugar de aquisição, sem desprezar o acúmulo e a seleção das experiências vividas. Essas experiências, também devem levar em conta as necessidades, situações vividas pelos educandos, pela sociedade, cultura e comunidade que vivem.

Portanto, para garantir a permanência de qualidade do educando no ensino médio devemos fazer o "papel" de atores sociais, de programadores de mudanças, de portadores de valores, que estrutura tanto o espaço social, quanto o espaço escolar. Em suma, precisamos nos encontrar em interação com outras pessoas e com o saber de cada um.

(...) o saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações, com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola. Por isso é necessário estudá-lo relacionando-os com esses elementos constitutivos do trabalho docente. TARDIF (2002, p.11)

Taxa de Escolarização Líquida População de 15 a 17 anos



Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – Janeiro 2015

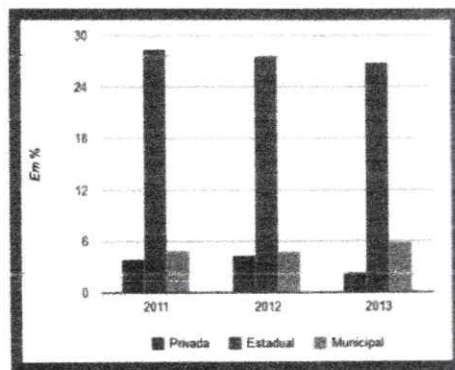
Matrículas Barueri

2007 82,72

2013 118,45

Matrículas Região Metropolitana

2007 67,96

Ensino Médio 2011 a 2013
Distorção Idade - Série, por rede de Atendimento

Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – Janeiro 2015

Distorção 2011:

Municipal – 4,09

Privada – 3,09

Estadual – 28,04

Distorção 2012:

Municipal – 4,08

Privada – 4,03

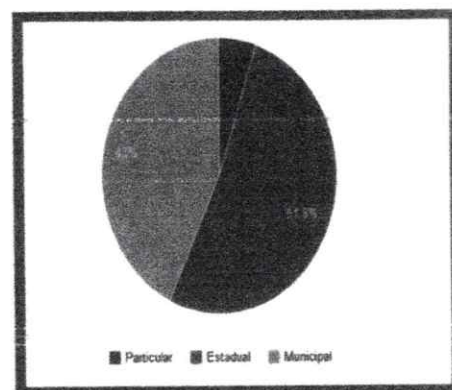
Estadual – 27,07

Distorção 2013:

Municipal – 5,09

Privada – 2,3

Estadual – 26,09

Ensino Médio 2011 a 2013
Distribuição das Matrículas, por rede de atendimento

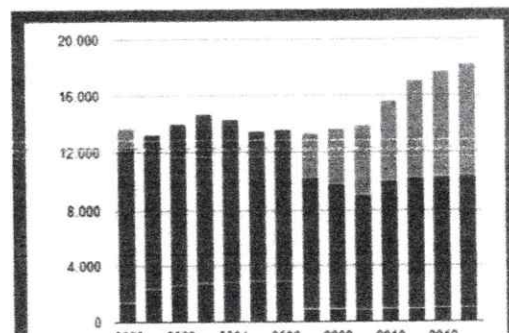
Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – Janeiro 2015

Distribuição de Matrículas 2013:

Municipal – 7.827 (43,0%)

Privada – 939 (5,2%)

Estadual – 9.435 (51,8%)

Ensino Médio 2000 a 2013
Matrículas, por rede de atendimento

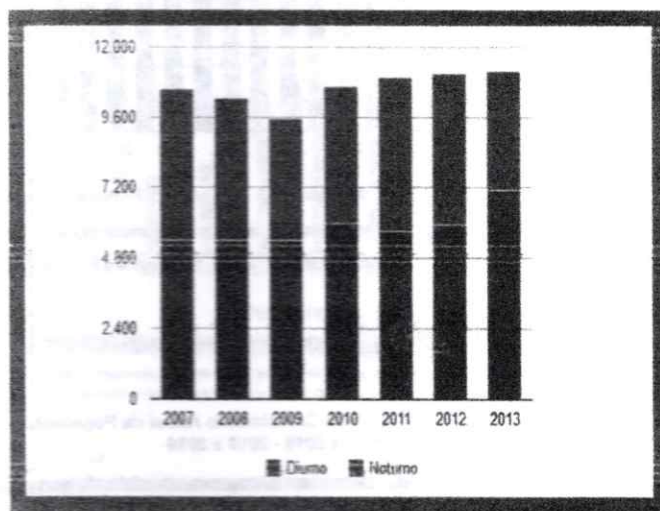
Matrículas por rede de Atendimento 2000:

Municipal - 1.337
Privada - 1.401
Estadual - 10.991

Matrículas por rede de Atendimento 2013:

Municipal - 7.827
Privada - 939
Estadual - 9.435

Ensino Médio 2007 a 2013 Matrículas por turno



Informações disponíveis: Fundação Seade, Ministério de Educação - MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, Censo Escolar. Acessado - janeiro 2015

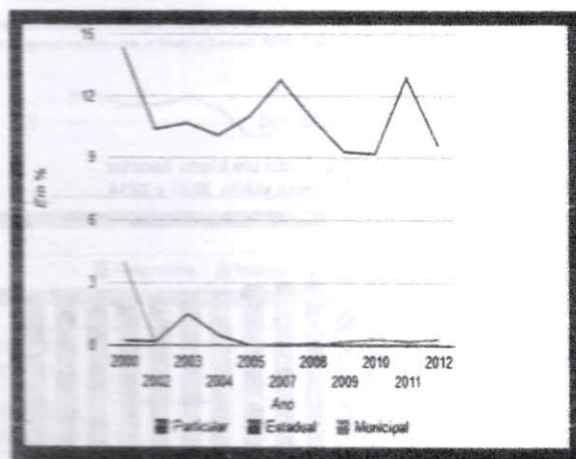
Matrículas por turno 2007:

Diurno - 5.385
Noturno - 5.218

Matrículas por turno 2013:

Diurno - 7.134
Noturno - 4.052

Ensino Médio 2000- 2002 / 2005- 2008-2012 Taxa de Abandono, por rede de Atendimento



Informações disponíveis: Fundação Seade, Ministério de Educação - MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, Censo Escolar. Acessado - Janeiro 2015

Taxa por abandono 2000

Municipal - 3,98
Privada - 0,23
Estadual - 14,34

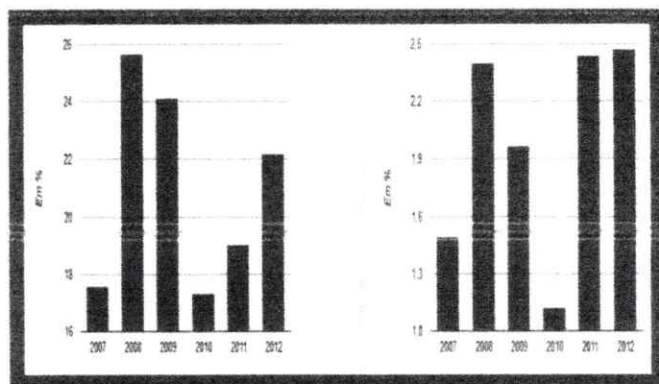
Taxa por abandono 2012

Municipal - 3,98

SARESP 2007 a 2012, nível adequado ou avançado

Língua Portuguesa

Matemática



Informações disponíveis: Secretaria de Estado da Educação - SEE/Centro de Informações Educacionais - CIE - Acessado - janeiro de 2015.

Nível Adequado ou avançado:

Língua portuguesa: 2007: 17,60
Língua Portuguesa: 2012: 22,21

Matemática: 2007: 1,49

Matemática: 2012: 2,47

4.5 EJA: Educação de Jovens e Adultos

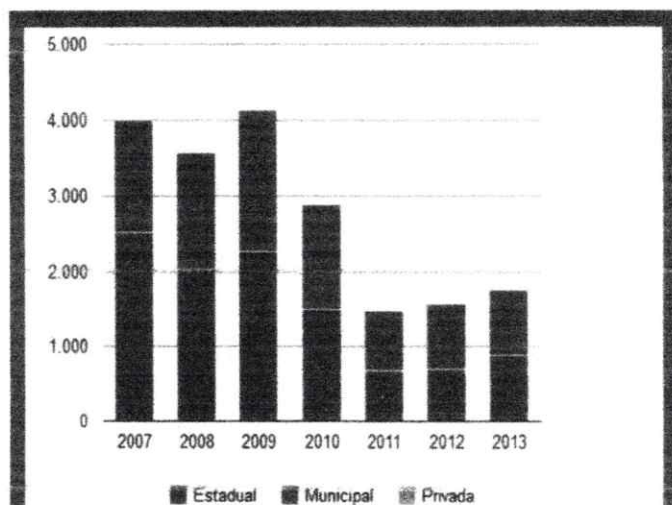
(...) se tivermos iniciado qualquer coisa, a eternidade se apossa dela. Mas temos de assumir a responsabilidade por aquilo que tivemos preferido realizar, aquilo que tivemos escolhido para começar a ser parte do passado, que tivemos selecionado para ser eterno! FRANKL (2008, p.18).

O que deixamos de realizar, o que deixamos de falar, o amor que deixamos escapar ficarão eternizados. A vida é um período de perguntas e respostas, às quais só podemos responder com a vida que vamos levar. E não posso falar de vida, sem falar das pessoas, sem falar como as pessoas concebem a educação, sem falar da cultura e de como ela vive e vê o mundo. Não existe uma maneira isolada de enxergarmos as pessoas. Nossa maneira de ser, agir, pensar e sentir é resultante da coordenação de vários sistemas que definem nossa individualidade.

Os educadores precisam ter essa visão mais completa do que é ser humano e de toda a sua totalidade enquanto ser biológico, afetivo, social e cognitivo. Construindo o Plano Municipal de Barueri, sentimos que muitos educadores da EJA reconhecem o ser humano como ser que possui um aparelho cognitivo com possibilidades de organizar e interpretar o mundo.

Educar, portanto, requer entendimento sobre a condição das pessoas (alunos), requer respeito à história singular de cada um, uma vez que as histórias pessoais estão inscritas e inseridas numa história maior, que é a história da espécie humana. Após estudos, pesquisas e vivências na montagem deste documento-base do PME, podemos presenciar e apreciar as práticas educacionais de jovens e adultos impregnadas nos educadores que fomos encontrando. Por eles, (educadores) adquirimos mais a noção do respeito ao próximo, ao diferente, ao lúdico. Em todos esses momentos vividos as manifestações do aprender se destacam, cada qual com as suas especificidades, com seu modo de expressão e respeito necessários nesta fase tão importante da educação.

Educação de Jovens e Adultos 2007 a 2013 EJA, no Ensino Fundamental, por Rede de Atendimento



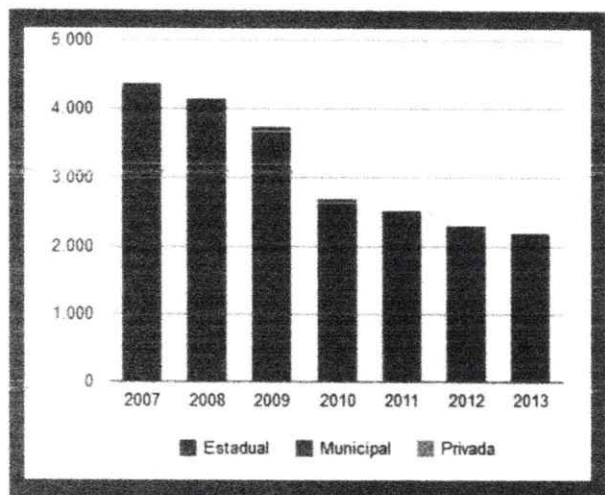
Matrícula EJA 2007

Municipal – 1.490
Privada – 0
Estadual – 2.521

Matrícula EJA 2013

Municipal – 857
Privada – 0
Estadual – 890

Educação de Jovens e Adultos 2007 a 2013
EJA, no Ensino Médio, por Rede de Atendimento



Informações disponíveis: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar - Acessado em Janeiro de 2015

Matrícula EJA 2007

Municipal – 0
Privada – 0
Estadual – 4.366

Matrícula EJA 2009

Municipal – 83
Privada – 0
Estadual – 3.663

Matrícula EJA 2010

Municipal – 61
Privada – 0
Estadual – 2.641

Matrícula EJA 2013

Municipal – 0
Privada – 0
Estadual – 2.194

5. Condições Socioeconômicas

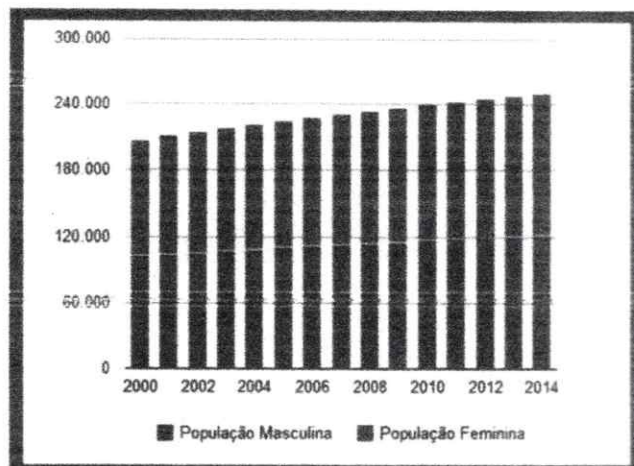
É comendo que se nutre o corpo, e não filosofando; é fazendo exercício que se fortalece os músculos, e não de com ponto cientificamente os movimentos; é trabalhando que se estimula a função do trabalho até adquirir todo o seu sentido e todo o seu valor humano' FREINET (1998, p.310)

Entender a situação socioeconômica de um Município é produzir condições que auxiliem em sua melhoria e como um todo. Pode-se dizer que é um princípio inerente ao sujeito assumir responsabilidades quando este se depara com a real situação do seu entorno, imprimindo em suas ações a autonomia, buscando conhecimentos para melhor formar a sociedade e seu aspecto econômico.

Sentimos, através dos diagnósticos, que a concepção de trabalho é algo que não se explica e nem se tenta compreender, mas, é sim uma necessidade que se insere no corpo do indivíduo, uma função que precisa ser satisfeita, trajeto que se percorre na vida cotidiana e que se fortalece progressivamente, desde que devidamente assumidos e orientados.

Melhorar a condição socioeconômica de um município é educar os indivíduos para um cotidiano de trabalho, pois este beneficia e ajuda no equilíbrio, contribui na saúde mental e física, preparando cada um para uma vida em sociedade, bem como possibilitando a melhoria na sua formação intelectual.

O trabalho organizado imbuído como cultura positiva, que não escraviza, mas cria possibilidades, fomenta um elemento que integra e educa. Devemos constantemente buscar melhorias para os municípios, para torná-los espaços de autonomia e responsabilidade por sua própria existência.

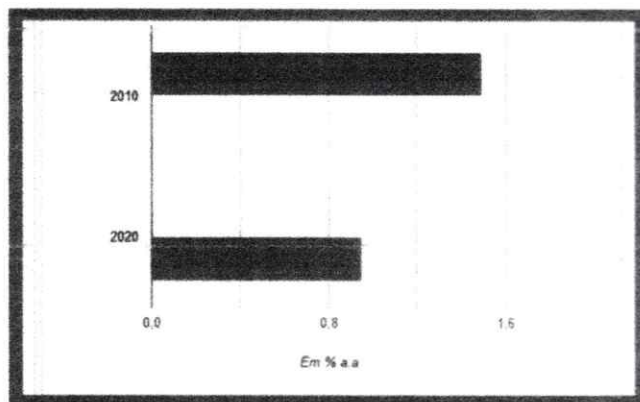
População por Sexo - 2000 a 2014

Informações disponíveis: Fundação Seade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – acessado janeiro 2015

Masculino: 2000 – 102.435 / 2014 121.839

Feminino: 2000 – 104.937 / 2014 – 128.638

5.1 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População
2000 a 2010 - 2010 a 2020

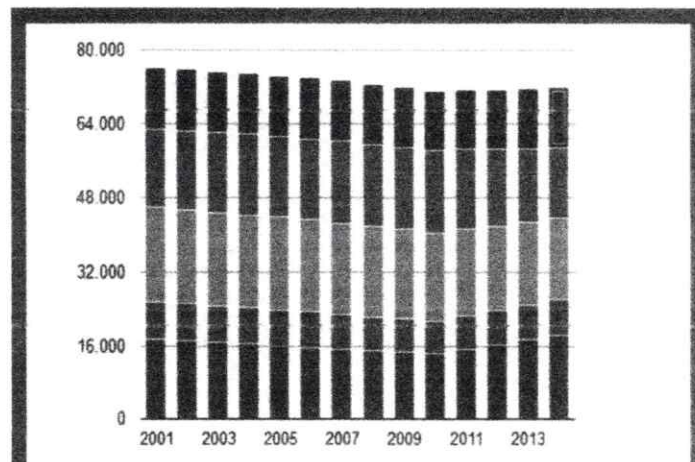


Informações disponíveis: Fundação Seade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico. Acessado em janeiro de 2015

Taxa Geométrica (Azul): 2000 a 2010: 1,49

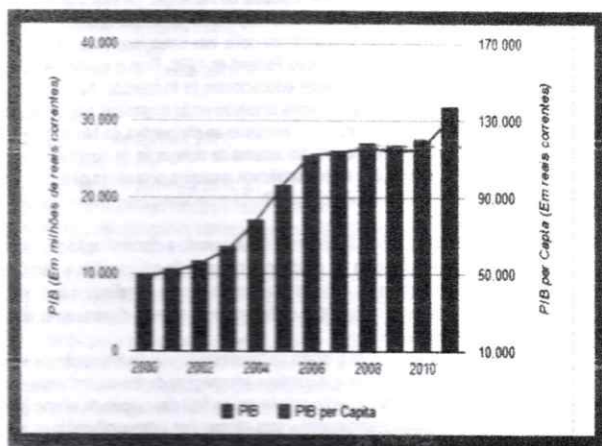
Taxa Geométrica (Vermelha): 2010 a 2020: 0,95

População em Idade Escolar
Por faixa etária 2001 a 2014



0 a 3 anos: 2001- 17.284 / 2014 -18.382
 4 a 5 anos: 2001- 8198 / 2014 - 7.498
 6 a 10 anos: 2001- 20.428 / 2014 - 17.731
 11 a 14 anos: 2001 - 16.973 / 2014 - 15.462
 15 a 17 anos: 2001 - 13.294 / 2014 - 12.927

PIB e PIB per Capta
2000 - 2011

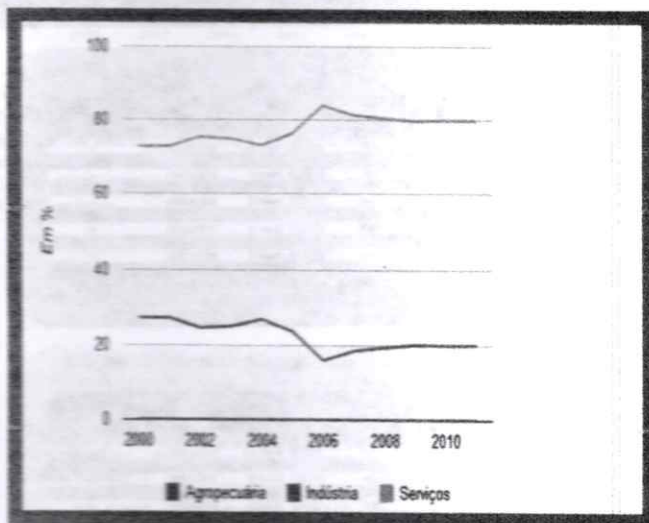


Informações disponíveis: Fundação Seade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico. Acessado em 2015

PIB 2000: 10.065,84
 PIB per capita 2000: 48.540,01

PIB 2011: 31.935,46
 PIB per capita: 131.461,66

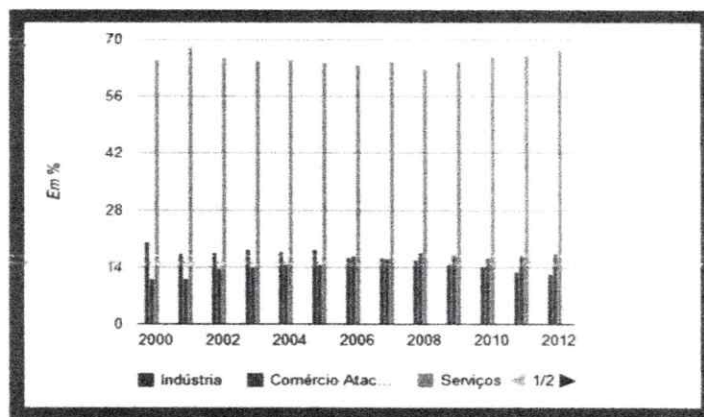
5.2 Participação dos Setores da
Economia no Total do Valor Adicionado
2000-2011



Indústria: 2000 - 27,16
 Indústria: 2011 - 20,17

Serviços: 2000 - 72,64
 Serviços: 2011 - 79,93

5.3 Participação dos Setores da Economia no Total
dos Empregos Formais 2000- 2012



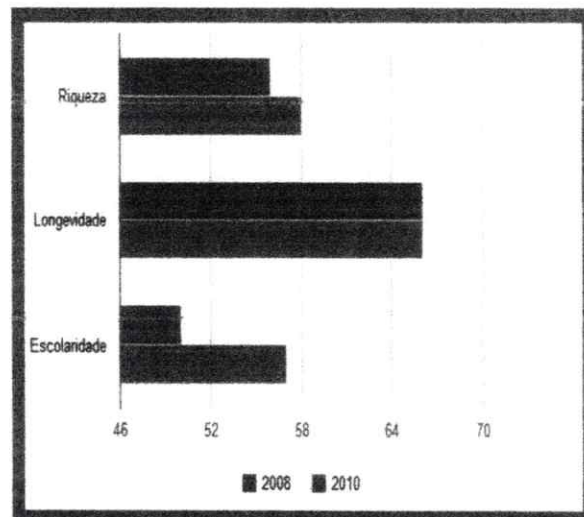
Informações disponíveis: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Relação Anual de Informações Sociais - Rais

Indústria: 2000 - 20,05
 Indústria: 2012 - 12,38

Comércio: 2000
 Comércio: 2012

Serviços: 2000 - 65,14
 Serviços: 2012 - 67,38

5.4 Índice Paulista de Responsabilidade Social, por Dimensão
2008 - 2010



Informação disponível: Fundação Seade, Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS. Acessado em 2015

Riqueza: 2008 - 56
 Riqueza: 2010 - 58

Longevidade: 2008 - 66
 Longevidade: 2010 - 66

Escolaridade: 2008 - 50
 Escolaridade: 2010 - 57

MATERNAIS
barueri

Profissionais preparadas

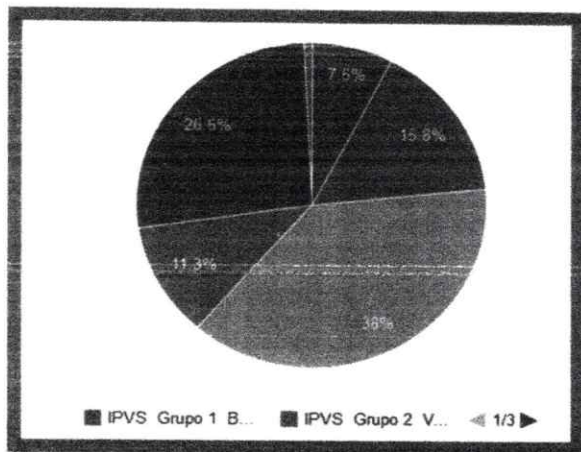


NOSSO FUTURO

Barueri
JUNTO GOVERNAMOS

PREFEITURA DE
BARUERI

5.5 Distribuição da População, por grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2010



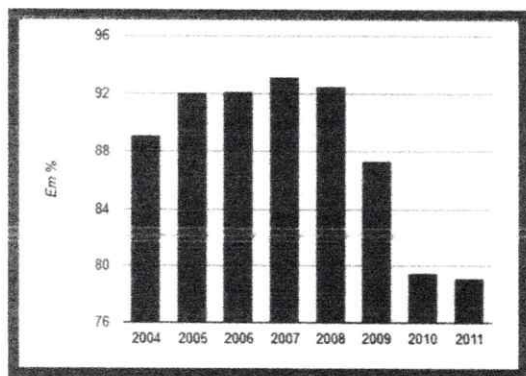
Informações disponíveis: Fundação Seade. Acessado em Janeiro de 2015

IPVS:

- G1 Vulnerabilidade Baixíssima (7,5%)
- G2 Vulnerabilidade Muito Baixa (15,8%)
- G3 Vulnerabilidade Baixa (38%)
- G4 Vulnerabilidade Média (Urbanos – 11,3%)
- G5 Vulnerabilidade Alta (Urbanos – 26,6%)

5.6 Pré Natal 2004 - 2011 Mães que tiveram sete ou mais consultas

Informações disponíveis: Fundação Seade. Acessado em Janeiro de 2015

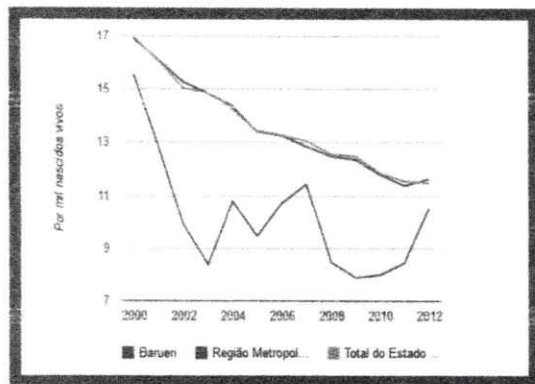


Consultas em %:

2004: 89,10
2011: 79,12

5.7 Taxa de Mortalidade Infantil 2000 - 2012

Barueri



Informações disponíveis: Fundação Seade. Acessado em Janeiro de 2015

2000: 15,04
2012: 11,48

6 - Indicadores Demográficos e Educacionais

Este conjunto de tabelas traz informações sobre população, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) e taxa de analfabetismo. Também há estatísticas sobre a educação no Município. Observe o título de cada tabela, que indicará se a informação se refere à Rede Municipal, ou à Rede Estadual no município. Os indicadores cuja fonte dos dados não é indicada nas tabelas foram gerados pelo Inep / MEC, assim como a gestão da educação brasileira se caracteriza como uma ação compartilhada pelos três entes federados – União, Estados e Municípios – prevista no artigo 211 da Constituição Federal de 1998. Com a publicação da LDB de 1996, a concepção de descentralização dos serviços educacionais foi fortalecida. As competências e obrigações da União em relação ao sistema educacional brasileiro estão expressas nos artigos 8º e 9º da LDB; as do Estado estão estabelecidas no artigo 10, enquanto as obrigações do Município com a educação estão explicitadas no artigo 11 da mesma lei. No sistema de delegação de competências para oferta de educação pública, cabe ao Município a responsabilidade exclusiva pela oferta de educação infantil, sendo o ensino fundamental responsabilidade compartilhada entre Município e Estado e o ensino médio sob responsabilidade do Estado.

A reformulação do SAEB com a aplicação da Prova Brasil permite a discriminação dos resultados por escola e faz com que se possa dispor de um conjunto expressivo de informações a partir de padrões. As consequências podem ser observadas pelos programas, projetos e benefícios que o próprio MEC cria selecionando as prioridades de atendimento a partir dos resultados de desempenho alcançados pelas escolas e redes de ensino no SAEB.

Em 2006, o Ministério da Educação cria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

- Um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou SAEB) – obtidos pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série, do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). A criação desse índice teve como objetivo construir um padrão cujas variáveis pudessem ser desagregadas por sistemas de ensino e escolas, possibilitando que o processo de descentralização da educação adotado passasse a dispor de mecanismos de monitoramento e avaliação consistentes. Em termos brasileiros, certamente, representa uma mudança de paradigma, uma vez que nossa tradição em desenvolvimento de indicadores educacionais para uso em política educacional é pequena ou, quando muito, localizada em alguns setores técnicos.

Disponível em: <http://sistemasprovaBrasil2.inep.gov.br/>. Acessado em: fevereiro de 2015

Prova Brasil
ANÁLISE DO DESEMPENHO ESCOLAR

Desempenho da sua escola na Prova Brasil – 2009

**ESCOLA MUNICIPAL (nome)
(município - UF)**

Distribuição percentual dos alunos na escala de proficiência

Língua Portuguesa

Nível	Alunos	Porcentagem
Nível 5	maior que 305	1,8
Nível 4	205 a 305	0,7
Nível 3	155 a 205	1,8
Nível 2	105 a 155	10,7
Nível 1	55 a 105	14,9
Nível 0	menor que 55	18,6

Média da Escola: Nível 4 (207,73 pontos)

Nível	Alunos	Porcentagem
Nível 5	maior que 305	-
Nível 4	205 a 305	-
Nível 3	155 a 205	-
Nível 2	105 a 155	-
Nível 1	55 a 105	-
Nível 0	menor que 55	-

Média da Escola:

Matemática

Nível	Alunos	Porcentagem
Nível 5	maior que 305	0,0
Nível 4	205 a 305	0,0
Nível 3	155 a 205	3,6
Nível 2	105 a 155	10,7
Nível 1	55 a 105	18,7
Nível 0	menor que 55	16,7

Média da Escola: Nível 3 (124,67 pontos)

Nível	Alunos	Porcentagem
Nível 5	maior que 305	-
Nível 4	205 a 305	-
Nível 3	155 a 205	-
Nível 2	105 a 155	-
Nível 1	55 a 105	-
Nível 0	menor que 55	-

Média da Escola:

Para saber mais, acesse: prova.brasil.inep.gov.br

INEP

6.1. IDEB

O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e assim, estabelecer metas para a melhoria do ensino. Este funciona como um indicador nacional, que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é cal-

anos. As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Conforme o IDEB Brasil:

Séries iniciais do EF

- Nota 2005: 3,8 (meta de 6,0 para 2021);
- Nota 2007: 4,2 (meta de 3,9);
- Nota 2009: 4,6 (meta de 4,2) meta 2011: 4,6.

Séries finais do EF

- Nota 2005: 3,5 (meta de 5,5 para 2021);
- Nota 2007: 3,8 (meta de 3,5);
- Nota 2009: 4,0 (meta de 3,7) meta 2011: 3,9.

Ensino médio

- Nota 2005: 3,4 (meta de 5,2 para 2021)
- Nota 2007: 3,5 (meta de 3,4)
- Nota 2009: 3,6 (meta de 3,5) meta 2011: 3,7

IDEB - calculado considerando todas as redes de ensino.

(Disponível em: <http://sistemasideb.sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acessado em: fevereiro de 2015).

O município de Barueri consta com aumento gradativo de alunos em sua rede municipal de ensino, buscando atender com qualidade a grade curricular comum, formação e monitoramento do aprendizado dos alunos. Pudemos constatar que todo o esforço em busca de uma educação de qualidade tem sido atingido gradativamente pelos avaliadores externos. Na Prova Brasil os alunos atingiram o nível adequado e/ou avançado, permeando um avanço de 44,56 em 2007 e 61,47 em 2011 em Língua Portuguesa no ensino fundamental I. Já em matemática, no ensino fundamental I, 38,12 em 2007 e 53,83 em 2011. Em nosso município o IDEB tem apresentado um crescimento satisfatório, resultado de uma política de conscientização e reflexão da prática de trabalho frente à realidade das escolas municipais.

EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: CQdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Merit (2014)

Barueri, em 2007 já superou a meta projetada para os anos iniciais, atingindo 5,2, e nos anos finais, 4,4. Em 2009, nos anos iniciais, atingiu 5,4, e nos anos finais, 4,7. Na sequência, em 2011, a média dos anos iniciais foi 5,9, e nos anos finais, 5,0. As metas projetadas para 2011 e 2013 foram alcançadas por Barueri em 2007 e 2009, e o município superou os indicadores do MEC no primeiro ano em que a Prova Brasil foi aplicada.

	30	20	10	0	10	20	30
metros	6	10	14	18	22	26	30
quilos	12	16	20	24	28	32	36

6.1 Outros índices do Município:

Tabela 1. Informações sobre o Município de Barueri

População (1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
--	-----	---------------	---------------	----------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------------	-------

Fonte: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 e Contagem 2007; (2) IBGE - 2008, A preços correntes (1 000 R\$); (3) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004; (5) IBGE - Censo Demográfico de 2000

Nota: No resultado Total da população, o IBGE inclui a população estimada

Tabela 1. Informações sobre o Município de Barueri

População (1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
--	-----	---------------	---------------	----------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------------	-------

nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.

	2000	2007	2010	2013	2015	2017	2019	2021
População	117.111	127.711	138.711	149.711	160.711	171.711	182.711	193.711
0 a 3 anos	8.743	9.743	10.743	11.743	12.743	13.743	14.743	15.743
4 a 5 anos	3.743	4.743	5.743	6.743	7.743	8.743	9.743	10.743
6 a 14 anos	32.114	33.114	34.114	35.114	36.114	37.114	38.114	39.114
15 a 17 anos	12.881	13.881	14.881	15.881	16.881	17.881	18.881	19.881
18 a 24 anos	21.610	22.610	23.610	24.610	25.610	26.610	27.610	28.610
25 a 34 anos	43.398	44.398	45.398	46.398	47.398	48.398	49.398	50.398
35 anos ou Mais	92.145	93.145	94.145	95.145	96.145	97.145	98.145	99.145
Total	208.281	219.281	230.281	241.281	252.281	263.281	274.281	285.281

Brasil	Total	2005	3,8		3,5		3,4	
		2007	4,2	3,9	3,9	3,5	3,5	3,4
		2009	4,6	4,2	4,0	3,7	3,6	3,5
		2011	5,0	4,6	4,1	3,9	3,7	3,7
		2021	-	6,0	-	5,5	-	5,2
		2022	-	-	-	-	-	-
Rede Pública		2005	3,6		3,2		3,1	
		2007	4,0	3,6	3,5	3,3	3,2	3,1
		2009	4,4	4,0	3,7	3,4	3,4	3,2

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
2011	4,7	4,4	3,9	3,7	3,4	3,4
2021	5,8	-	5,2	-	4,9	-
Rede Estadual	2005	3,9	-	3,3	-	3,0
	2007	4,3	4,0	3,6	3,3	3,2
	2009	4,6	4,3	3,8	3,6	3,4
	2011	5,1	4,7	3,9	3,8	3,4
	2021	6,1	-	5,3	-	4,9
Rede Municipal	2005	3,4	-	3,1	-	2,8
	2007	4,0	3,5	3,4	3,1	-
	2009	4,4	3,8	3,6	3,3	-
	2011	4,7	4,2	3,8	3,5	-
	2021	5,7	-	5,1	-	-
Rede Privada	2005	5,9	-	5,8	-	5,5

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
2007	4,0	4,0	3,8	3,8	3,0	3,0
2009	4,4	4,3	3,9	3,8	3,5	3,5
2011	4,5	4,4	4,0	3,9	3,7	3,6
2021	-	5,5	-	5,3	-	5,0
2005	4,5	-	3,8	-	3,3	-
Rede Estadual de São Paulo	2007	4,7	4,6	4,0	3,8	3,4

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
2021		8,8		5,8		5,1
2005	4,5	4,2				
2007	5,2	4,4	4,2			4,6
Rede Municipal de Barueri	2008	5,4	4,7	4,4		4,9
	5,9	5,3	5,0	4,6		
2021			8,1			8,0

Tabela 4-A. Resultado da Prova Brasil - Rede Estadual em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-

Tabela 4-B. Resultado da Prova Brasil - Rede Municipal em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	187,62	185,89	4,87	4,98
	2007	211,25	193,71	5,77	5,26
	2009	219,42	200,90	6,08	5,52
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	150,15	173,86	5,01	4,41
	2007	255,11	241,46	5,17	4,72
	2009	258,41	252,70	5,21	5,09

Tabela 5. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em Barueri

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009		
Rede Estadual	2009	472,45	524,95
Rede Municipal	2009	539,56	580,95
Rede Privada	2009	840,44	843,17

Tabela 6-A. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Barueri

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	0	0	0	0	0	0	24	0	24
2008	0	0	0	0	0	0	23	0	23
2009	0	0	0	0	0	0	21	0	21
2010	0	0	0	0	0	0	21	0	21

Tabela 6-A. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Barueri

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total

As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC. [Acesse aqui](#)

Tabela 6-B. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	34	0	34	48	0	48	3	0	3
2008	38	0	38	51	0	51	3	0	3
2009	44	0	44	52	0	52	4	0	4
2010	44	0	44	54	0	54	5	0	5
2011	44	0	44	56	0	56	7	0	7
2012	48	0	48	58	0	58	8	0	8
2013	53	0	53	60	0	60	8	0	8

Nota:

As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC. [Acesse aqui](#)

Tabela 7-A. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual em Barueri

Áreas	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	
Escola em Área de Assentamento	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	
Escola Comunidade Indígena	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	

Tabela 7-A. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual em Barueri

Áreas	Ano	Número de Escolas
	2012	
	2013	

Nota:

Tabela 7-B. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Barueri

Áreas	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	
Escola em Área de Assentamento	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	
Escola Comunidade Indígena	2007	
	2008	
	2009	
	2010	
	2011	

Nota:

As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Barueri

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Barueri

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
PRÉ-ESCOLA	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Barueri

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
ENSINO MÉDIO	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - ENSINO MÉDIO	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Barueri

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
Salas de aula da rede estadual	2007	17		17
	2008	18		18
	2009	17		17
	2010		340	340
	2011		281	281
	2012		329	329
	2013		329	329

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Barueri

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
CRECHE	2007	11		11
	2008	15		15
	2009	21		21
	2010	21		21
	2011	20		20
	2012	24		24
	2013	28		28
PRÉ-ESCOLA	2007	23		23
	2008	23		23
	2009	23		23
	2010	23		23
	2011	24		24
	2012	24		24
	2013	28		28
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007	28		28
	2008	26		26
	2009	34		34
	2010	38		38
	2011	48		48
	2012	49		49
	2013	82		82
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	27		27

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Barueri

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2008	30		30
	2009	32		32
	2010	35		35
	2011	52		52
	2012	53		53
	2013	55		55
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	11		11
	2008	11		11
	2009	14		14
	2010	13		13
	2011	8		8
	2012	8		8
	2013	8		8
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	1		1
	2008	1		1
	2009	9		9
	2010	2		2
	2011	1		1
	2012	1		1
	2013	1		1
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007			
	2008			
	2009			
	2010			
	2011			
	2012			
	2013			

Tabela 9-A. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Estadual em Barueri

Modalidade/Etapa	Matrículas por Ano									
	Urbano					Rural				
	Ano	D-4	D+4	N-4	N+4	D-4	D+4	N-4	N+4	T
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2007									
	2008									
	2009									
	2010									
	2011									
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2007									
	2008									
	2009									
	2010									
	2011									
ENSINO MÉDIO	2007		3.102				3.102			
	2008		3.198				3.198			3.198
	2009									
	2010									
	2011			727						727
EJA - ENSINO MÉDIO	2007									
	2008									
	2009									
	2010									
	2011									

Legenda para matrículas por turno:

D-4: Diurno (Início das aulas antes das 17h) - Menos de 4h/aula/dia
 D+4: Diurno (Início das aulas antes das 17h) - 4h/aula/dia ou mais
 N-4: Noturno (Início das aulas a partir das 17h) - Menos de 4h/aula/dia
 N+4: Noturno (Início das aulas a partir das 17h) - 4h/aula/dia ou mais
 T: Total

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						Total
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
ENSINO MÉDIO	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
CRECHE	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						

Legenda para Funções Docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						Total
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
Ensino Médio	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
CRECHE	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
PRÉ-ESCOLA	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						Total
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2007	108	108	3	4		115
	2008	66	65	1			96
	2009	77	77				77
	2010						
	2011						
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2007						
	2008						
	2009						
	2010						
	2011						
ENSINO MÉDIO	2007						
	2008						
	2009						
	2010	463	463	19	9	2	433
	2011	426	426	5	1	3	435
EJA - ENSINO MÉDIO	2007						
	2008						
	2009						
	2010	442	442	8			448
	2011	379	37	436	26	1	

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						Total
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
CRECHE	2007	37	46	2	14		99
	2008	126	126	4	38		189
	2009	182	182	11	45		244
	2010	158	158	13	26		197
	2011	256	256	365	48	8	675

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						Total
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
PRÉ-ESCOLA	2007	289	289	482	59	8	838
	2008	220	13	233	13	27	
	2009	160	177	4	72		253
	2010	254	254	2	84		330
	2011	235	235	8	59		300
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007	607	645	35	209	1	896
	2008	738	738	18	181		917
	2009	789	790	22	196		1.015
	2010	726	726	28	175	1	928
	2011	804	804	21	181		1.007
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	636	636	25	178		839
	2008	665	665	26	182		873
	2009	702	722	12	2		724
	2010	833	834	12	3	2	850
	2011	845	845	7	4	1	857
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	29	30		10		40
	2008	23	23		8		31
	2009	30	30		2		32
	2010	25	25	2	3		30
	2011	20	20		1		21
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	16	16	1	1		18
	2008	14	2	16		1	
	2009						
	2010						
	2011						
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	10	11				11
	2008	151	151	1			152
	2009	193	193	1		1	195
	2010	22	22				22
	2011	9	9				9
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2007	14	14				14
	2008	14	1	15			
	2009						
	2010						
	2011						

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Barueri (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						Total
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2010						
	2011						
	2012						
	2013						
	2014						
ENSINO MÉDIO	2007	97	106				193
	2008	659	602	28	2		1291
	2009	720	721	29	5	1	1476
	2010	267	287		1		555
	2011	39	39				78
EJA - ENSINO MÉDIO	2012	49	49				98
	2013	232	110	342	1		685
	2014						
	2015						
	2016						

Tabela 11-A. Condições de Atendimento Diurno - Rede Estadual em Barueri

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana
Média de alunos por turma	2007												
	2008												
	2009												
	2010												
	2011												
Média de horas-aula diárias	2007												
	2008												
	2009												
	2010												
	2011												

Tabela 11-A. Condições de Atendimento Diurno - Rede Estadual em Barueri

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana
Média de alunos por turma	2011												
	2012												
	2013												
	2014												
	2015												
Média de horas-aula diárias	2011												
	2012												
	2013												
	2014												
	2015												

OBS:
(1) - Educação de Jovens e Adultos

Tabela 11-B. Condições de Atendimento Diurno - Rede Municipal em Barueri

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana
Média de alunos por turma	2007	29,2	32,9	33,5	39,3								
	2008	29,0	32,6	34,1	38,7								
	2009	28,6	32,1	33,6	37,4								
	2010	30,5	31,5	35,9	37,4								
	2011												
Média de horas-aula diárias	2007	5,4	4,9	4,9	6,0								
	2008	5,3	5,0	5,1	5,7								
	2009	6,1	5,0	5,2	5,9								
	2010	6,4	4,9	5,3	5,7								
	2011												

OBS:
(1) - Educação de Jovens e Adultos

Tabela 12-B. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Municipal em Barueri

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) - Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana	Rur al	Urb ana
Média de alunos por turma	2007									27,7	36,0		
	2008									31,1	38,9		
	2009									31,5	38,7		
	2010									33,4	38,9		
	2011												
Média de horas-aula diárias	2007									2,1	3,9		
	2008									2,0	4,6		
	2009									2,3	3,8		
	2010									2,0	3,9		
	2011												

OBS:
(1) - Educação de Jovens e Adultos

Tabela 13-A. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
2ª série / 3º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
3ª série / 4º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
4ª série / 5º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						

Tabela 13-A. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
5ª série / 6º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
6ª série / 7º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
7ª série / 8º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
8ª série / 9º ano do EF	2008	0,00		0,00		0,00	
	2009	0,00		0,00		0,00	
	2010						
	2011						
	2012						
1º ano do EM	2008	89,60		18,10		12,30	
	2009	70,80		20,30		8,90	
	2010	72,50		16,50		10,90	
	2011	70,70		14,20		15,10	
	2012	68,90		20,00		11,10	
2º ano do EM	2008	73,70		18,00		12,30	
	2009	75,40		14,50		10,10	
	2010	81,60		10,20		8,20	
	2011	75,00		12,70		12,40	
	2012	73,10		16,30		10,80	
3º ano do EM	2008	83,00		8,20		7,90	
	2009	81,20		9,80		9,00	
	2010	85,00		7,30		7,60	
	2011	79,90		7,60		12,30	
	2012	83,30		8,70		8,00	

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	91,00		6,40		0,00	
	2009						

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 1º ano do EF	2009	89,40	-	10,50	-	0,10	-
	2010	91,30	-	8,10	-	0,10	-
	2011	91,90	-	8,00	-	0,10	-
	2012	92,00	-	7,80	-	0,10	-
	2008	91,10	-	8,70	-	0,20	-
2ª série / 2º ano do EF	2009	92,40	-	7,50	-	0,10	-
	2010	92,20	-	7,70	-	0,10	-
	2011	93,80	-	6,10	-	0,10	-
	2012	93,20	-	6,70	-	0,10	-
	2008	93,10	-	6,80	-	0,10	-
3ª série / 3º ano do EF	2009	91,40	-	8,20	-	0,40	-
	2010	94,80	-	5,10	-	0,10	-
	2011	95,40	-	4,50	-	0,10	-
	2012	94,40	-	5,40	-	0,20	-
	2008	94,70	-	5,10	-	0,20	-
4ª série / 4º ano do EF	2009	94,90	-	4,80	-	0,20	-
	2010	94,40	-	5,30	-	0,30	-
	2011	95,30	-	4,70	-	0,30	-
	2012	94,90	-	5,00	-	0,30	-
	2008	97,30	-	11,10	-	1,50	-
5ª série / 5º ano do EF	2009	98,40	-	8,40	-	1,20	-
	2010	91,00	-	7,70	-	1,30	-
	2011	95,90	-	6,30	-	0,90	-
	2012	96,70	-	8,80	-	0,70	-
	2008	97,00	-	10,70	-	1,70	-
6ª série / 6º ano do EF	2009	99,70	-	3,80	-	1,70	-
	2010	91,10	-	7,10	-	1,60	-
	2011	99,70	-	3,20	-	1,20	-
	2012	98,30	-	9,80	-	1,30	-
	2008	97,00	-	9,80	-	2,60	-
7ª série / 7º ano do EF	2009	99,40	-	6,90	-	2,10	-
	2010	91,90	-	6,10	-	2,00	-
	2011	99,40	-	7,80	-	1,70	-
	2012	98,90	-	7,90	-	1,50	-
	2008	98,20	-	5,90	-	2,90	-
8ª série / 8º ano do EF	2009	92,00	-	4,20	-	2,00	-
	2010	95,90	-	2,40	-	2,00	-
	2011	94,90	-	3,70	-	2,00	-
	2012	94,90	-	3,40	-	1,70	-
	2008	99,90	-	10,40	-	0,10	-
9ª série / 9º ano do EF	2009	91,70	-	8,30	-	0,30	-

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Barueri

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 1º ano do EF	2009	97,90	-	12,20	-	0,30	-
	2010	91,00	-	9,20	-	0,30	-
	2011	97,70	-	18,20	-	0,20	-
	2012	92,40	-	7,60	-	0,00	-
	2008	93,90	-	4,80	-	0,30	-
2ª série / 2º ano do EF	2009	92,90	-	6,90	-	0,30	-
	2010	91,40	-	6,90	-	0,00	-
	2011	93,20	-	9,20	-	0,50	-
	2012	98,20	-	3,80	-	0,00	-
	2008	98,00	-	1,10	-	0,10	-
3ª série / 3º ano do EF	2009	98,00	-	3,50	-	0,20	-
	2010	94,00	-	5,90	-	0,30	-
	2011	92,00	-	7,20	-	0,40	-

Tabela 14-A. Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Rede Estadual em Barueri

ETAPA	Matrículas em TURMAS de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental					

Tabela 14-B. Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Rede Municipal em Barueri

ETAPA	Matrículas em TURMAS de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental					

Acreditamos que depois de todo o levantamento feito através dos diagnósticos e estatísticas, podemos destacar nas próximas páginas os caminhos para chegarmos às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Elaboramos as estratégias para a construção democrática deste Documento-Base e chegarmos à finalização do Plano Municipal de Educação de Barueri.

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO-BASE

Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei 13.005/14 que, trata da aprovação do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos e prevê as seguintes diretrizes:

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- Melhoria da qualidade da educação;
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- Valorização dos (as) profissionais da educação;
- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

Mediante o acima exposto e à vista da legislação vigente, a comunidade de Barueri analisou a Lei 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, com a finalidade de construir as estratégias referentes às vinte metas que irão servir como plataforma para as futuras conquistas, beneficiando cada vez mais a população que vive nessa cidade.

Estabelecendo as estratégias, dentro de um quadro real da sociedade (diagnósticos, reuniões, fórum), do levantamento do primeiro PME feito no ano 2004, das leis vigentes, das autoridades competentes e dos apontamentos feitos nas esferas Federal e Estadual, surge este Plano Decenal que atenderá o Município pelos anos de 2014 a 2024.

Construção das Estratégias para o Plano Municipal de Educação (PME) a fim de alcançar as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)

DESAFIOS EDUCACIONAIS

1 – Universalizar, até o ano de 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

- Ampliar progressivamente a oferta de vagas de 0(zero) a 3(três) anos – Escolas Maternais, reduzindo a oferta de bolsa maternal;
- Garantir a continuidade de 100% da demanda manifesta dos alunos de 4(quatro) e 5(cinco) anos – Pré escola;
- Aprimorar os critérios na divulgação da lista de reservas de vaga das Escolas Maternais. Fortalecer, ampliar e fundir parcerias para arrecadação de recursos com o Governo Federal e Estadual, visando aquisição de mobiliários, equipamentos eletrônicos, brinquedos pedagógicos, materiais pedagógicos e de acessibilidades para os alunos de inclusão, assim como a melhoria de ambientes tecnológicos, como jogos interativos, programas para computadores e aplicativos educacionais apropriados às crianças de Educação Infantil;
- Buscar parcerias com entidades públicas e privadas para a construção e/ou ampliação de novas Unidades Escolares de acordo com a demanda existente;
- Ampliar o atendimento por Organizações Sociais tendo como objeto o modelo de Gestão para administração de escolas de 0(zero) a 3(três) anos – Escolas maternais;
- Implementar o programa de construção de Unidades Escolares sustentáveis;
- Sistematizar os indicadores de qualidade do Município com base nos documentos oficiais do MEC. Assim, no processo de construção educacional, continuar a prática já estabelecida de avaliações periódicas, considerando as especificidades da faixa etária sobre a instituição e também sobre o processo de ensino e aprendizagem no âmbito das escolas da Educação Infantil, para aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento, planejamento e intervenção da gestão política de educação;
- Fomentar as atividades educativas que contemplem a realidade das crianças advindas das comunidades do Município de Barueri com as diferentes expressões multiculturais, considerando as especificidades das faixas etárias com vistas à valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares;
- Aperfeiçoar o atendimento aos alunos com necessidades especiais, ampliando parcerias com as Secretarias, Órgãos Públicos, entes federados, terceiro setor etc;
- Ampliar e fortalecer o atendimento bilíngue às crianças surdas em polos de atendimento escolar;
- Ampliar e fortalecer o atendimento escolar nos polos do AEE (Atendimento Educacional Especializado);
- Ampliar e aperfeiçoar o atendimento aos alunos com necessidades especiais com ampliação do trabalho de profissionais de acordo com a necessidade do mesmo;
- Levar ao conhecimento, por meio do Legislativo Municipal, das esferas Estadual e Federal, a nossa realidade municipal, permeando verbas através de emendas parlamentares para auxiliar a melhor qualidade na educacional infantil;
- Ampliar, progressivamente, a oferta do profissional que atue na Coordenação Pedagógica nas Unidades Escolares de Educação Infantil;
- Ampliar progressivamente o número de auxiliar de classe nas Unidades Escolares;
- Manter a atuação da Equipe de Apoio Pedagógico com a possibilidade de ampliação do número de profissionais no referido trabalho, bem como, psicopedagogo, psicólogo etc, com a possibilidade de ampliação do número de profissionais no referido trabalho;
- Garantir a continuidade da Proposta Curricular e metodológica que acompanhem as especificidades da Educação Infantil, visando a continuidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio de alinhamentos dos segmentos, estudos das bases curriculares e programas das esferas Federal, Estadual e Municipal em desenvolvimento;
- Incentivar a formação universitária aos docentes que trabalham na Educação infantil e possibilitar cursos de Formação Continuada aos profissionais da educação para a melhoria da qualidade de ensino;

- Fomentar em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, promovendo a continuidade das parcerias interssetoriais com a oferta de palestras, reuniões etc., com foco no desenvolvimento integral das crianças;
- Conscientizar os pais e/ou responsáveis sobre a importância da Educação Infantil como base para o desenvolvimento da criança, em parceria com órgãos propositores das políticas sociais, fortalecendo o acesso e a permanência;
- Propiciar a continuidade da entrega de uniforme, caderno de apoio e demais materiais que se fizerem necessários ao bom andamento da escola;
- Ampliar a oferta de materiais pedagógicos, parques infantis e livros paradidáticos;
- Manter e ampliar o acompanhamento nutricional realizado pela Secretaria de Abastecimento de acordo com as especificidades de cada aluno e da faixa etária.

2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

- Analisar e utilizar os dados das avaliações trimestrais, externas e outras, criando mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental, oportunizando aulas de reforço no contra turno;
- Aprimorar as estratégias já existentes para fortalecer, acompanhar e monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- Disponibilizar tecnologias pedagógicas que contribuam, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação;
- Incentivar e fortalecer a participação dos pais e / ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e familiares;
- Promover a articulação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, com o intuito de tornar o ambiente escolar mais atrativo, com foco na prevenção da evasão, reprovação e distorção de idade/ano;
- Construir, reformar, ampliar e regulamentar escolas de Ensino Fundamental, com recursos próprios ou em parceria com a União e instituições privadas, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade, aspectos regionais e educação inovadora;
- Fomentar atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, mediante certames, concursos, práticas esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação estadual e nacional.

3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos, elevar até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%(oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

- Estabelecer parcerias e diálogos permanentes com o Estado e União, garantindo vaga para todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme as demandas identificadas, e a educação progressiva, universalizando o acesso ao ensino contínuo, criando também formas alternativas de garantia e qualidade para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, dependendo da realidade do município;
- Fomentar e ampliar a expansão das matrículas aos alunos de 15 a 17 anos, com ou sem defasagem no fluxo escolar, integrando-os e qualificando-os, com intuito profissional e inserção social, acompanhando e incluindo as particularidades culturais, sem se esquecer, das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas (se houver demanda em nosso município nos próximos 10 anos) e também das pessoas com deficiência;
- Implementar o programa de renovação constante do ensino, assim como o sistema de avaliação institucional e processual de aprendizagem para toda a rede pública municipal de educação na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) - do Ensino Fundamental a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e multidisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, a partir do acompanhamento e dos registros sistemáticos do desenvolvimento dos jovens e adultos;
- Aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento, planejamento, intervenção e gestão da política educacional de maneira flexível e diversificada, com conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões complexas como o trabalho, linguagem, tecnologia, cultura e esporte, garantindo, para isso, a aquisição de equipamentos, de laboratórios, de produção de material didático específico, de currículos planejados que organizem e priorizem a formação continuada dos professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- Construir as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação de Jovens e Adultos, fomentando a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola e assegurar o monitoramento do trabalho metodológico que está sendo desenvolvido, com vistas a garantir formação básica comum;
- Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;
- Instituir um Comitê Permanente de acompanhamento, entrelaçando os órgãos e leis que competem ao nosso município, as esferas Federal e Estadual para nortear a permanência dos jovens, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como as situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, colaboração e acompanhamento das famílias, criando uma rede de proteção contra formas associadas de exclusão;
- Oportunizar a participação em atividades de incentivo nas áreas tecnológicas e científicas aos estudantes, respeitando as especificidades e complexidades de cada um.

4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendi-

mento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- Assegurar a parceria Saúde e Educação para exames e estímulos adequados, ampliando, positivamente, o universo de desenvolvimento de crianças que tenham algum comprometimento físico, psíquico ou emocional, para que estes possam ser atendidos o máximo possível;
- Ampliar, implantar e implementar o serviço de estimulação precoce nas creches e EMEIs, equipes multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria articuladas com instituições acadêmicas, integrando os profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e psicopedagogia para apoiar o trabalho dos docentes da Educação Infantil com os discentes que tenham deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme a necessidade identificada por meio de avaliação;
- Garantir Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica;
- Criar, segundo os artigos 22 e 24 do Decreto nº 5626, de 22 de Dezembro de 2005, um comitê de articulação que garanta e amplie a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos discentes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos de idade em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, assim como a ampliação do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos;
- Proporcionar, aos professores que atuam na sala de recurso multifuncional - SRM sala regular com alunos com deficiência, formação continuada para atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação e deficiência visual e/ou auditiva, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica conforme necessidade identificada por meio de avaliação da família e do aluno;
- Manter parceria entre Secretaria de Obras e Secretaria de Educação para construção e manutenção dos prédios escolares que promovam a acessibilidade, para garantir o acesso e a permanência dos discentes com deficiência por meio da adequação arquitetônica;
- Aumentar a oferta de transporte acessível e disponibilizar monitores para acompanhamento do aluno com deficiência;
- Estimular metodologias voltadas a materiais didáticos específicos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos alunos com deficiência;
- Promover parcerias com instituições comunitárias e filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;
- Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégia:

- Ajustar e executar mecanismos de avaliação municipal periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças a cada ano, esses mecanismos de avaliação serão atualizados conforme a demanda política, social, educacional e cultural já vigentes, pelo Plano de Referência do Município, podendo assim, estimular a percepção individual e coletiva do corpo discente e proporcionar caminhos para o corpo docente no âmbito da alfabetização, até o final do terceiro ano;
- Implementar o caráter lúdico e teórico das atividades desenvolvidas em todas as etapas e modalidades, quando for necessário, apoiando-se nas Diretrizes Pedagógicas e Curriculares que fomentam os anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os, a todo momento, com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, e também na análise e apoio de profissionais que tratam de possíveis problemas que possam atrapalhar esse período, como docentes alfabetizadores, apoio pedagógico, psicopedagógico (institucional), profissionais da saúde e neurocientistas (se assim for preciso), a fim de garantir o rompimento de lacunas na alfabetização para que ela possa ser plena a todas as crianças;
- Acompanhar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, ampliando essa alfabetização para escolas que ainda não trabalham com esse tipo específico, levando em conta a inclusão de intérpretes para acompanhamento dos mesmos;
- Reconstruir e certificar a formação continuada dos profissionais envolvidos com o processo de alfabetização, divulgando as novidades na educação, assim como tecnologias educacionais, metodologias pedagógicas diversas, acompanhamento constante dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos, por exemplo os resultados da Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e outros;
- Implementar parcerias com instituições privadas, públicas e governamentais que proponham a continuidade de programas educacionais de Stricto Sensu, Lato Sensu, assim como Formação Continuada para os profissionais que trabalham com alfabetização.

6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

- Instituir, progressivamente, com regime de colaboração entre as redes Federal e Estadual a reorganização dos espaços para atender os alunos do Ensino Fundamental em jornada ampliada, ofertando a Educação Básica pública em tempo integral por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive, culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos discentes na escola passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, efetuando, para isso, a jornada dos professores em uma única escola;
- Garantir a ampliação por meio das esferas Federal e Estadual e, também, com os entes do legislativo, programas de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral com estrutura física do município, ampliando e reestruturando as escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para ativi-

es culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, assim como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral; Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar dos discentes matriculados, articulando medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, assim como sua qualidade, direcionando a expansão da jornada para um currículo integrado com atividades que integrem com entidades privadas que estimulem programas de estímulos educacionais e de trabalho;

Fomentar a parceria da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, proporcionando atividades diversificadas para além da sala de aula, que motivem os alunos na ampliação dos seus saberes;

7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Informações disponíveis: Fundação Seade. Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Acessado – Janeiro 2015

Estratégias:

Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados do IDEB das escolas das redes públicas de educação básica e dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;

Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, incorporando o exame nacional para a educação básica;

Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental assegurado à pluralidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, de forma a assegurar a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes;

Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva;

Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Institucionalizar e manter em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais;

Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitadas a especificidade regional, estadual e local;

Informatizar a gestão das escolas e das secretarias de educação dos estados, do distrito federal e dos municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

Orientar as políticas das redes e sistemas de educação, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo a equidade da aprendizagem.

8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

Ampliar programas já instituídos pelo município com parcerias, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados nas metas anteriores, identificando motivos de afastamentos, para a garantia de frequência e apoio no acompanhamento pedagógico individualizado (integrando no coletivo) para a progressão, de maneira a estimular a ampliação do atendimento dos estudantes com rendimento escolar defasado e garantir a continuidade da escolarização, com acesso gratuito ao ensino fundamental e médio integrados à educação profissional para os jovens, adultos e idosos; Buscar parcerias privadas e públicas com condições de infraestruturas adequadas, bem como materiais pedagógicos, equipamentos tecnológicos, laboratórios, bibliotecas e áreas de lazer, em conformidade com a realidade local, possibilitando a expansão da educação profissional e técnica para os segmentos populacionais considerados;

Garantir a permanência de programas, efetivados pela ONU, com temas contemporâneos como a Justiça Restaurativa, Cultura de Paz, Direitos Humanos, contextos sociais, culturais e ambientais, entre outros, colaborando na formação permanente aos discentes e dos docentes, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento dos preconceitos;

Assegurar políticas de formação continuada aos segmentos escolares, ampliando os espaços para reflexão nas escolas, que envolvam as famílias, os profissionais da educação, docentes e não docentes, nas discussões sobre questões de direitos humanos. Estimular assim, a elaboração constante de propostas curriculares que incluam como temas as questões de direitos humanos, relações étnico-raciais, de modo a elevar as discussões, com o propósito de superar as discriminações e os preconceitos;

Assegurar o cumprimento das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" – Resolução 1/2004 do CNE/CP;

Ampliar políticas que garantam para os alunos negros e indígenas (se houverem no município), um ambiente social favorável e com equidade, no qual a escola seja um espaço em que as discussões sobre etnia façam parte do cotidiano, minimizando toda forma de evasão ou exclusão (por motivo de discriminação racial), promovendo ações que permeiem a identidade histórica negro, índio, assim como já acontece com as outras culturas, para que se possa discutir a formação das identidades étnicas do Brasil e do mundo.

9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PME, universalizar a alfabetização e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

Manter e ampliar a demanda de alfabetização na rede municipal através da modalidade EJA, priorizando as regiões onde o analfabetismo se apresenta em índice mais elevado, assegurando não só o acesso como a permanência, de modo a suprimi-los, fortalecer a equipe pedagógica com cursos oferecidos pela equipe de Formação Continuada, colaborando com a reciclagem dos docentes. Visando, assim, a permanência e conclusão com êxito dos discentes em seus estudos e no processo de alfabetização;

Continuar garantindo, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, a oferta gratuita da educação para jovens e adultos na modalidade de EJA, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização como política de Estado, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros tecnológicos, como sites e propagandas, promovendo a busca ativa para os jovens e adultos que precisam de alfabetização, articulando, para isso, sistemas de ensino, rede federal de educação profissional e tecnológica, universidades, cooperativas e associações de ensino, que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

Realizar diagnósticos periódicos para assegurar o adequado planejamento, considerando a faixa etária, o turno e demandas pedagógicas mais apropriadas para a situações dos jovens e adultos com ensino fundamental incompleto, identificando os números e as necessidades dos estudantes para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta;

Implementar ações de alfabetização para jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, estabelecendo mecanismos e incentivos que integrem, os sistemas de ensino e os segmentos empregadores, promovendo e compatibilizando a jornada de trabalho dos trabalhadores com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

Implementar ações de alfabetização para os idosos, que queiram, continuar a escolarização com vistas à promoção de políticas de alfabetização, ao acesso atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento, da velhice e do estatuto do idoso;

Estabelecer programas permanentes, em parceria entre União, Estado e Municípios, que assegurem às escolas públicas de ensino fundamental, localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade, a oferta de projetos de alfabetização, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais propostas para a Educação de Jovens e Adultos;

Apoiar os incentivos financeiros, tanto de esfera privada, Federal e ou Estadual para projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem o desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas, assim como, programas de capacitação tecnológica direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os discentes com deficiência, criando cooperativas e associações para o desenvolvimento assistidos que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamentais e médios, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

Realizar, sob coordenação da Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Estadual de Educação, programas de esfera Federal e em parceria com instituições privadas a divulgação dos programas de educação de jovens e adultos que integram a Educação Profissional, constituindo programas de estímulo ao estudo e oportunidade de trabalho;

Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas usando da prática que se ancora na teoria, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaços pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas, para inserir o uso ativo da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

Manter e implementar de forma a estimular a conclusão da educação básica, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, através dos Departamentos de Projeto, Formação Continuada e Programa e Convênios, para atender aos programas nacionais de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial;

Prover Formação Continuada e permanente dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, ampliando programas de produção e fornecimento de material didático-pedagógicos, se houver demanda do município, adequados aos estudos nessa modalidade em nível de ensino fundamental, sob responsabilidade da SME e em parceria com as instituições de Ensino Superior

Fomentar e ampliar a assistência ao estudante, integrando ações de cunho social, psicológico, psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional e estimulando a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre estes;

Implementar programas de educação para os trabalhadores, sob coordenação da Secretaria de Educação em parceria com as redes públicas Federal, Estadual, Municipal e instituições privadas de ensino, que garantam uma Educação Integrada à Educação Profissional nos níveis fundamental, dessa forma, estruturando cursos planejados, de acordo com as características deste público, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, com deficiência e baixo nível de escolaridade de modo a articular a formação inicial e continuada ampliando as oportunidades e o acesso à edu-

cação profissional; reestruturando e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

11- Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

- Conforme a demanda do Município, garantir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, procurando parcerias com a rede estadual e federal. Se apropriando da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração arranjos produtivos no âmbito social e cultural e regional;
- Fomentar a Educação a Distância, por meio de parcerias com as esferas Estadual e Federal, assegurando com ela "cursos de qualidade", para garantir a oferta de educação profissional técnica de nível médio, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita;
- Garantir a ampliação e estímulo a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, resgatando a todo momento um ensino que prega a prática baseada na teoria, preservando assim uma pedagogia de qualidade que integre a formação integral dos jovens ampliando a oferta do ensino que cuida dos saberes;
- Se houver demanda, ampliar a quantidade de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, garantindo parcerias com as entidades privada de educação e formação profissional para o atendimento à pessoa com deficiência, com atuação inclusiva para essa modalidade;
- Se houver demanda, expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transformos globais do desenvolvimento, transformo do espectro do autismo e altas habilidades ou superdotação, garantindo parcerias com entidades privadas de educação e formação profissional para a atuação inclusiva para essa modalidade;
- Elevar gradualmente o investimento em programas de incentivo a formação dos profissionais que trabalham com esse público, assim como mecanismos de mobilidade acadêmica, buscando parcerias com o Estado e união para poder assistir da melhor forma esses discentes, garantindo assim sucesso de permanência nas condições da assistência estudantil e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;
- A partir de diagnóstico garantir o progressivo acesso, fortalecendo a parceria com o Estado e União para a oferta de Educação Profissional em todos os quadrantes, conforme as demandas.

12- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

- Qualificar os profissionais de ensino médio, proporcionando condições para a melhoria da qualidade dos docentes com cursos de formação continuada, buscando parcerias com instituições públicas e privadas, ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no sistema municipal de educação;
- Garantir a otimização, buscando parceria com as entidades Estadual Federal e privada, conforme a demanda do município, a melhoria das instalações na estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação e a pós-graduação;
- Estimular a matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos, elevando gradualmente a taxa de conclusão do ensino médio, mediante estratégias de aproveitamento e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências e habilidades para o nível superior;
- Divulgar e esclarecer sobre parcerias com universidades a fim de garantir os programas do governo federal de financiamento do ensino superior, como PROUNI, FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador, reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transformos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, para apoiar seu sucesso acadêmico;
- Fomentar parcerias entre Estado, União e empresas privadas para estabelecer estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais e assim, progressivamente, ir ampliando a oferta de universidades no município.

13- Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

- Estimular a qualificação dos docentes para graduação, e pós-graduação em cursos reconhecidos pelos órgãos competentes com garantia de carga horária. Promovendo parcerias com as entidades Estadual, Federal e Privada para melhoria da formação dos docentes. Ampliar o número de mestres e doutores na docência da rede municipal de ensino.
- Qualificar a educação da rede municipal, com profissionais que sejam mestres e ou doutores na docência, na vigência dos dez anos, assegurando a melhoria da aprendizagem, formação geral, específica, didática, incorporando as tecnologias e iniciação científica como componente curricular;
- Garantir vagas para os educadores, conforme a demanda do município na Faculdade Municipal de Barueri que tem credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo;
- Promover a participação dos educadores do município para se qualificarem na UAB – Universidade Aberta do Brasil, em cursos de graduação e pós-graduação;
- Promover a Formação Continuada aos graduados permitindo a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo educacional dos seus discentes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais e as necessidades das pessoas com deficiência.

14- Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

- Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, com qualidade, que sejam reconhecidos pelo MEC e com índice claro de aprovação;

• Promover as informações e estímulos para a formação de mestres e doutores nos programas de pós-graduação; integrando a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências Estadual e Federal de fomento à pesquisa;

- Articular o financiamento de bolsas de estudos para os professores da rede municipal em nível de mestrado e doutorado propiciando a oferta de programas de pós-graduação Stricto Sensu, especialmente os de doutorado, nos campos Universitários do Município, procurando parcerias que estimulem desconto para professores e ou municípios, se houver possibilidade e demanda;
- Disponibilizar, manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurando a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- Procurar consolidar parcerias para programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa com as universidades do Município para os professores assim como municípios, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento da educação;
- Estimular a participação dos educadores do município, conforme sua real demanda pessoal e financeira, para cursos de qualificação na UAB – Universidade Aberta do Brasil, mediante cursos a distância nas modalidades semipresencial de graduação e pós-graduação com o respaldo das universidades públicas.

15- Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

- Garantir, se houver demanda, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares do PNE;
- Buscar parcerias com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte da Secretaria de Educação no setor de formação continuada, definindo as obrigações recíprocas entre os docentes conforme a demanda do PNE;
- Ampliar, se houver demanda, programas de permanência de incentivo à docência para os que estiverem matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação para atuar na educação;
- Estimular programas de qualidade de ensino à distância, conforme demanda, para consolidar e ampliar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos;
- Fomentar a prática de valorização de ensino e dos estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático, se houver demanda, de articulação entre a formação acadêmica e da educação básica, conforme as aplicações do PNE;
- Implantar, conforme a demanda do Município e atentando ao prazo de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para os docentes, assim como os de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;
- Instituir e procurar parcerias, com órgãos estaduais e federais, assim como as entidades privadas, programas de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;
- Desenvolver e ampliar modelos de Formação Continuada para os docentes que valorize a experiência, por meio da oferta de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica dos profissionais aumentando sua experiência profissional, conforme a legitimação do PNE.

16- Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

- Realizar, em formato de parceria, entre os entes Privados, Públicos Estaduais e Federais, planejamentos estratégicos para a demanda pela Formação Continuada, dos docentes da educação básica, garantindo a melhoria do ensino para os discentes;
- Reformular e implementar o plano de carreira vigente conforme a demanda do município e possibilitar a especialização dos docentes da educação básica, de acordo com as diretrizes nacionais, definindo áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;
- Ampliar e possibilitar o acesso ao "Portal da Educação" de Barueri, valorizando a investigação tecnológica, para interação entre as escolas e, conforme a demanda do Município, criar subsídios para a atuação dos professores, disponibilizando materiais, fóruns de discussão, trocas de saberes, informações sobre atualizações na área acadêmica, acervos de obras didáticas, paradidáticas, de literatura, dicionários e de programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille;
- Buscar parcerias para estimular e ampliar gradativamente, através de convênios com Instituições de Ensino Superior, a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação aos docentes e demais profissionais da educação básica;
- Fortalecer a formação dos docentes das escolas públicas de educação básica, como exemplo, a implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, através de programas como Livro Direto nas Escolas, de esfera Federal, entre outros, disponibilizando assim, recursos materiais para acesso a bens culturais pelo magistério público.

17- Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS:

- Advir das Políticas Públicas do Município a valorização dos profissionais do magistério em consonância com o Plano de Carreira Municipal da Educação, considerando as parcerias e repasses dos recursos da União;
- Estabelecer uma data anual para correção e reposição salarial. O Município poderá realizar reajustes conforme a sua receita, estabelecendo parcerias com o Governo Federal e Estadual;
- Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Plano de Carreira para os docentes das redes públicas de educação básica, observando os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de traba-

no em um único estabelecimento escolar, conforme estabelecida a demanda de época do Município.

18- Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

- Garantir, conforme a necessidade financeira e de funcionalidade do Município, que os profissionais docentes e não docentes sejam ocupantes de cargos efetivos, exceto por motivos emergenciais e não havendo cadastro de reserva;
- Criar um fórum de discussão, promovido pelo Núcleo de Gestão da Carreira, que assegure a revisão do Plano de Carreira e a forma de ingresso ao magistério, segundo as necessidades do Município;
- Consolidar, através do Núcleo de Gestão de Carreira, nas redes públicas de educação básica e/ou superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório;
- Oferecer, durante esse período, curso de aprimoramento de estudos, concedidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- Realizar, após o censo do Município, depois do segundo ano de vigência do PNE, formas de ingresso de profissionais do magistério da educação básica pública.

19- Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

- Assegurar condições, disponibilizando os recursos e equipamentos necessários para o bom funcionamento dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis e associações de pais, estimulando os mesmos nos instrumentos de participação na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação por meio das respectivas representações;
- Garantir condições, durante a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática nas escolas da rede municipal, promovendo o fortalecimento dos conselhos do FUNDEB, e Conselho Municipal de Educação, considerando a descentralização de recursos e ampliação dos mecanismos de autonomia financeira e administrativa, a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- Ampliar os mecanismos de avaliação interna e externa para a educação básica em parceria com o sistema estadual e federal, propiciando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, com a finalidade de levantar subsídios para a promoção de melhoria, auxiliando as escolas nas questões administrativas, pedagógicas e financeiras, considerando a etapa e modalidade;
- Fortalecer e ampliar, conforme a demanda, o quadro de funcionários que cuidam da parte da alimentação escolar, garantindo recursos financeiros adequados, e recursos disponíveis de ordem estadual e federal, adequando equipamentos e o meio de conservação dos alimentos, para a rede escolar com vistas ao desempenho adequado;
- Fortalecer e estimular a participação de toda comunidade escolar a construir, reformar e consultar o seu Projeto Político Pedagógico, criando mecanismos de estímulo à participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação do mesmo, tornando a sua construção segura e democrática;
- Instituir um Comitê Permanente, a partir da aprovação deste PME, com o objetivo de monitorar e avaliar as respectivas metas, efetivando o acompanhamento e a execução do mesmo.

20- Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

- Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do artigo 48 da LC nº 101, de 04 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portal eletrônico de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Município, e os Tribunais de Contas da União do Estado e do Município.
- Proporcionar a contínua pesquisa pelo Departamento de Programas e Convênios a investigação de verbas e investimentos apontados pelos entes federais e estaduais para aplicabilidade dos recursos e verbas destinados à educação;
- Continuar a implementação dos parâmetros para financiamento, conforme demanda do município, de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
- Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte - Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRIERE, Y. O livro do Saber- São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CORDEIRO, J. Didática São Paulo: Contexto, 2007.
- FRANKL, V. A vida - São Leopoldo: Sinodal, 2009.
- FREINET, C. O método natural II: A aprendizagem do desenho - Lisboa: Estampa, 1989.
- FREINET, É. Nascimento de uma pedagogia popular - Lisboa: Estampa, 1978.
- NARVAEZ, M. A Formação do Educador Infantil na Perspectiva da Solução de Conflitos - São Paulo, PUC- SP.
- NASCIMENTO, M. E. P. A Pedagogia Freinet - Natureza, Educação e Sociedade - Campinas - SP: Unicamp, 1995.
- SAMPAIO, R.M. Freinet: evolução histórica e a atualidade- São Paulo: Scipione, 1989.
- SOUZA, D. B.; DANTAS J. D. S. Pedagogia Freinet Uma abordagem teórica e prática - Faculdade Ponta Negra, 2007.
- TAILLE, I. S. Limites - Três dimensões educacionais. São Paulo: Geográfica, 2003.
- WEISSHEIMER, V. C. Eu Vi as Tuas Lágrimas: Amparo e Conforto no Sofrimento - São Leopoldo: Sinodal, 2009.
- GDAE/ Acessado em: novembro-2014
- <http://kdfrases.com/autor/nicolau-maquivel> . Acessado em: março de 2015
- <http://kdfrases.com/autor/Celestinfreinet>. Acessado em: março de 2015.
- http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia. Acessado em: outubro de 2014.
- Secretaria de Estado da Educação - SEE/Centro de Informações Educacionais - CIE. Acessado em: janeiro de 2015.
- http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barueri_sp#demografia. Acessado em: novembro de 2014.
- <http://www.spbarueri.com.br/barueri-historia-e-origem-da-cidade.html> . Acessado em: fevereiro 2014.
- IBGE/2010. Acessado em: novembro de 2014

**ENTULHO
E CACARECO.
PARA JOGAR FORA,
TEM DIA E JEITO
CERTOS.**

**VEJA NO SITE DA PREFEITURA
COMO SE LIVRAR DESSE MONSTRENGO.**

Entulho e cacarecos abrigam ratos, baratas e insetos, que transmitem doenças como a dengue. Faça a sua parte. A limpeza é um cuidado de todos nós.

- Jogue o entulho ou o cacareco um dia antes do dia da coleta.
- Nunca misture com o lixo orgânico ou o lixo reciclável.
- Nunca coloque atrás de postes ou árvores.
- É ilegal jogar entulho ou cacarecos em terrenos vazios.

Entulho: restos de reforma ou de construção de imóveis.
Cacarecos: móveis, madeiras, galhos e pneus.

www.barueri.sp.gov.br
Divida ou informação ligue: 4162-7300

